





A **GeoSertões** é uma revista acadêmica com publicação semestral em meio eletrônico da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras, da Universidade Federal de Campina Grande. Seu objetivo principal é oportunizar a divulgação de múltiplos conhecimentos da Ciência Geográfica e áreas afins.

EXPEDIENTE

EDITOR-GERENTE E EDITOR

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

EDITORES DE SEÇÕES

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias, Universidade Federal de Campina Grande (UAEd-CH-UFCG), Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Aloysio Rodrigues de Sousa, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dr. Marcelo Brandão, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

CONSELHO CIENTÍFICO

Dr. Caio Augusto Amorim Maciel, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Dr. Ivan Silva Queiroz, Universidade Regional do Cariri – (URCA), Brasil

Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias, Universidade Federal de Campina Grande – (UAEd-CH-UFCG), Brasil

Dr. Gleydson Pinheiro Albano, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dra. Firmiana Fonseca Siebra, Universidade Regional do Cariri – (URCA, Dep.de Geociências), Brasil

Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Dr. Marco Antonio Mitidiero Jr., Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Dr. Wagner Costa Ribeiro, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Antônio Lourenço Filho



FICHA CATALOGRÁFICA

Revista GeoSertões – Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. – v. 2, n. 4 (2017).
Cajazeiras: Universidade Federal de Campina Grande, 2016 -
Semestral: 2016 –

ISSN: 2525-5703

I Ensino superior – Periódicos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Título

Revista GeoSertões

Unidade Acadêmica de Geografia (Unageo)

Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG)

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - CEP 58900-000 - Cajazeiras - PB

Tel.: (83) 3532-2000 (ramal 2101)



Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). Vol. 3, n. 5, jan./jun. 2018

<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>

E-mail: geosertoes@gmail.com





SUMÁRIO

Editorial/Apresentação [05-06]

ARTIGOS

**A EXISTÊNCIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA
NO EIXO RODOVIÁRIO NATAL-CAICÓ, RIO GRANDE DO NORTE** [07-23]
Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador

**DO POLÍGONO DAS SECAS À VULNERABILIDADE AO COLAPSO
HÍDRICO: UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO
NORTE** [24-40]
Adriano Lima Troleis e Bruno Lopes da Silva

**REFLEXÕES SOBRE AS FUNÇÕES DA ESCOLA E O TRABALHO
DO PROFESSOR A LUZ DA TEORIA DE ANTONIO NÓVOA** [41-51]
Carolina Machado Rocha Busch Pereira; Marciléia Oliveira Bispo e Artemiza
Ferreira Soares Miranda

**EDUCAÇÃO, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS:
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS** [52-72]
Alexandre Peixoto Faria Nogueira e Francisco Kennedy Silva dos Santos

**AUSTERIDADE, PRECARIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA
PAISAGEM EUROPEIA** [73-95]
Gleydson Pinheiro Albano



APRESENTAÇÃO

Estamos disponibilizando ao público mais uma edição da Revista GeoSertões. Seguindo a pluralidade que já é peculiar, trazendo temas e visões múltiplas, respeitando o fazer e ver o mundo de cada autor.

No presente número contamos com contribuições que abordam a realidade de diferentes lugares e em escalas variadas, tratando de questões teóricas e empíricas.

O artigo inicial traz a contribuição do professor Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador, que aborda “a existência dos circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó”, no estado do Rio Grande do Norte. Em seu estudo o autor apresenta evidências empíricas oriundas de trabalho de campo ao longo do eixo rodoviário estudado, confrontando-os com a teoria dos dois circuitos espaciais da economia urbana proposta por Milton Santos.

Adriano Lima Troleis e Bruno Lopes da Silva analisam a questão do polígono das secas e a vulnerabilidade ao colapso hídrico, dando enfoque particular ao território do Rio Grande do Norte. Como resultado os autores apresentam uma classificação relacionando os municípios que fazem parte ou não do polígono das secas e o grau de vulnerabilidade ao colapso hídrico de cada um.

No ensaio teórico “reflexões sobre as funções da escola e o trabalho do professor a luz da teoria de Antonio Nóvoa” as autoras Carolina Machado Rocha Busch Pereira, Marciléia Oliveira Bispo e Artemiza Ferreira Soares Miranda buscam refletir e compreender os desafios do trabalho do professor e as funções da escola na atualidade, enquanto estratégia pedagógica que possibilita uma formação diferenciada na educação.

Em “educação, territorialidades e movimentos sociais: uma análise da dimensão educativa dos movimentos sociais”, Alexandre Peixoto Faria Nogueira e Francisco Kennedy Silva dos Santos investigam a dimensão educativa dos movimentos sociais, a

partir da materialidade escolar, no processo de conquista e reprodução dos territórios do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Gleydson Pinheiro Albano finaliza este número com um artigo bastante instigante ao tratar da “austeridade, precarização e seus reflexos na paisagem europeia” no contexto pós-Crise de 2008. O artigo parte de dados documentais e estatísticos, mas ganha riqueza ao incluir na análise a categoria paisagem, jogando luz sobre os resultados das políticas neoliberais.

Encorajamos nossos leitores a lerem os artigos e debatê-los com rigor crítico, respeito e responsabilidade, pois só assim faremos os avanços necessários na ciência e no mundo.

Revista GeoSertões

Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). vol. 3, n. 5, jan./jun. 2018

<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>

ISSN: 2525-5703

**A EXISTÊNCIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA
NO EIXO RODOVIÁRIO NATAL-CAICÓ, RIO GRANDE DO NORTE**

*THE EXISTENCE OF URBAN ECONOMIC CIRCUITS IN THE NATAL-CAICÓ HIGHWAY
AXIS, RIO GRANDE DO NORTE*

Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

¹ Professor de Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFRN. E-mail: diegosaloma084@hotmail.com

Resumo

Entendendo o território como sinônimo de espaço banal, marcado por diferentes usos, diversas organizações e espontaneidades por parte dos agentes sociais que o metamorfoseiam e que estão condicionados à dinâmica territorial desenvolvida por eles próprios e influenciada por âmbitos externos, lançamos mão da teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos para compreender a dinâmica do eixo rodoviário Natal-Caicó sob a perspectiva da totalidade das características dos objetos e das ações aí existentes. Assim, objetivamos, neste artigo, apreender a existência do circuito superior e do circuito inferior no eixo rodoviário em questão. Para atingirmos tal escopo, estruturamos nossas reflexões em abordagens sobre a economia política das cidades e no inventário dos circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó. Como resultado da pesquisa, explicitamos a existência dos circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó, destacando a proeminência do circuito inferior da economia urbana. Como consideração final do trabalho, frisamos que o estudo da economia política de cidades não se limita à identificação de atividades. Tão importante quanto inventariar é analisar os circuitos, compreendendo-os numa perspectiva relacional.

Palavras-chave: Circuitos da economia urbana. Eixo rodoviário Natal-Caicó. Espaço banal.

Abstract

Understanding the territory as a synonym of banal space marked by different uses, different organizations and spontaneities by the social agents that metamorphose it and that are conditioned to the territorial dynamics developed by themselves and influenced by external levels; we launch the theory of urban economy circuits of underdeveloped countries to understand the dynamics of the Natal-Caicó highway axis from the totality perspective of characteristics of objects and actions that exist there. Thus, in this article we have aimed to understand the existence of the upper circuit and the lower circuit in the aforementioned highway axis. To achieve this scope, we have structured our reflections on approaches about the political economy of cities and the inventory of urban economy circuits in the Natal-Caicó highway axis. As a result of this research, we underline the existence of the urban economy circuits in the Natal-Caicó highway axis, highlighting the prominence of the lower circuit in the urban economy. As a final consideration of the study, we stress that studying the political economy of cities is not only limited to identification of activities; analyzing the circuits is as important as making an inventory, and including them in a relational perspective.

Keywords: Circuits of the urban economy. Natal-Caicó highway axis. Banal spaces.

1. Introdução

Objetivamos, neste artigo, apreender a existência do circuito superior e do circuito inferior no eixo rodoviário Natal-Caicó (Mapa 1). Esse objetivo decorre do entendimento que temos da categoria território: sinônimo de espaço banal, marcado por diferentes usos, diversas organizações e espontaneidades por parte dos agentes sociais que o metamorfoseiam e que estão condicionados à dinâmica territorial desenvolvida por eles próprios e influenciada por âmbitos externos. Assim, lançamos mão da teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (SANTOS, 1978) para compreender a dinâmica do eixo rodoviário Natal-Caicó sob a perspectiva da totalidade das características dos objetos e das ações aí existentes.

Desse modo, definimos o eixo rodoviário Natal-Caicó como um subsistema de movimentos do território potiguar cuja economia urbana é segmentada em dois conteúdos: o do uso do território como um recurso a ser explorado, evidenciado pelas atividades do circuito superior da economia urbana; e o do uso do território como um abrigo para a sobrevivência dos pobres, desencadeado pelas atividades do circuito inferior (GOTTMANN, 1975; SANTOS, 1994). Esses usos coexistem no território estudado, porém com diferentes organizações e intencionalidades, fazendo dele um espaço banal, ou seja, “[...] espaço de todos os homens, de todas as instituições, de todas as empresas” (SANTOS, 1996, p. 04).

Para atingirmos o objetivo explicitado, estruturamos nossas reflexões em abordagens sobre a economia política das cidades e no inventário dos circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó.



**EIXO RODOVIÁRIO
NATAL-CAICÓ
NO TERRITÓRIO DO
RIO GRANDE DO NORTE**

Fontes de dados:
IBGE, 2012; DNIT, 2005,
2015.

Legenda

● Sedes municipais

Eixo rodoviário

--- Natal - Caicó

Limites municipais

Municípios

Limites dos Estados

RN

PB e CE

Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum SAD 69.

Elaboração:

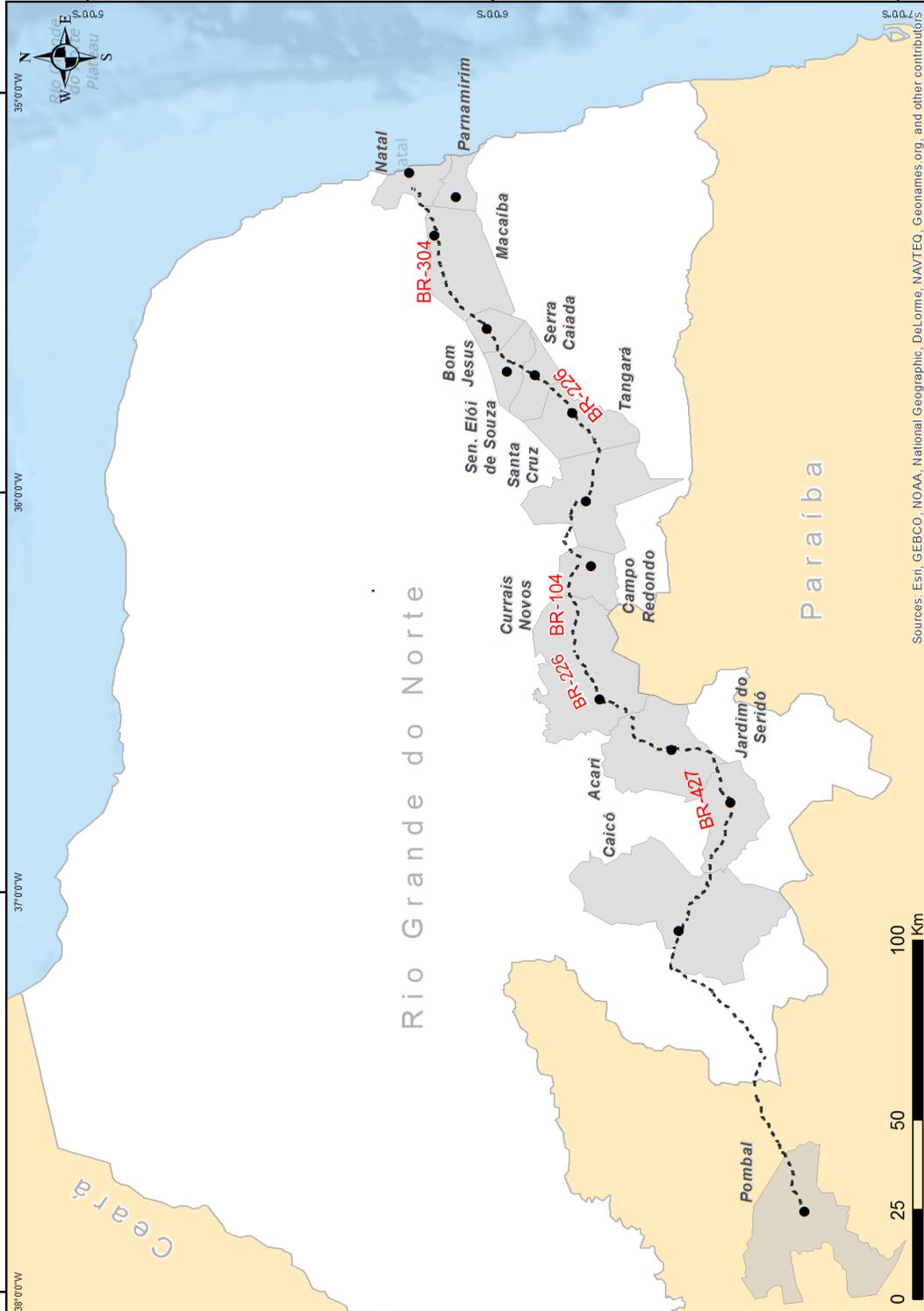
Robson Garcia da Silva

Organização:

Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador

Data: 03/05/2013

Revisão: 22/05/2015



Sources: Esri, GEBCO, NOAA, National Geographic, DeLorme, NAVTEQ, Geonames.org, and other contributors/s

Mapa 1: Mapa do eixo rodoviário Natal-Caicó no território do Rio Grande do Norte

Organização: Diego Salomão C. O. Salvador, 2013.

Cartografia: Robson Garcia da Silva, 2013.

2. O estudo da economia política urbana do eixo rodoviário Natal-Caicó

Nos dias atuais, é cada vez mais difícil estudar de maneira total e aprofundada a dinâmica urbana, devido à complexidade de variáveis, de horizontalidades e verticalidades que influem nela, bem como à rapidez com que é transformada. Apesar disso, não devemos abrir mão de analisar a economia urbana considerando a totalidade dos objetos e das ações; caso contrário, corremos o risco de desenvolver estudos que amputam a economia global do espaço urbano, privilegiando o espaço econômico, de alguns agentes hegemônicos, e não o espaço banal, usado por todos os agentes sociais (SANTOS, [1978] 2007, 2009).

Negligenciando o fato de a modernização econômica atingir todos os espaços, mas não trazer benesses para todos, as análises economicistas do espaço ignoram a economia não hegemônica, acreditando ser ela um freio ao crescimento econômico, quando, na verdade, é um resultado indireto da modernização. A valorização seletiva dos espaços leva muitos agentes sociais a migrarem do campo para a cidade ou de uma cidade para outra em busca de melhores condições de vida. Essa demanda, geralmente, não é atendida pelo circuito superior, fazendo com que a maioria dos trabalhadores consiga sobreviver com o desenvolvimento de atividades do circuito inferior, que os mantém numa situação periférica no âmbito da economia urbana.

Destarte, a economia política da cidade possibilita a compreensão das características relacionais da totalidade das atividades existentes no espaço e das características absolutas e heterogêneas de cada subsistema econômico. Permite também que se analise a segmentação da economia urbana, com atenção para a situação atual do mercado de trabalho e da pobreza dos trabalhadores. Outrossim, como as cidades não podem viver isoladamente, mas vivem em cooperação, pode-se, pela economia política, analisar a importância de atividades hegemônicas ou não para as interações entre cidades.

Diante desse leque de possibilidades, nos dedicamos, neste artigo, ao estudo da economia política de cidades do eixo rodoviário Natal-Caicó, realçando a existência de atividades do circuito superior e atividades do circuito inferior no referido território.

3. Os circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó

Para apreender a existência dos circuitos da economia urbana em dado território, não podemos apenas buscar dados estatísticos sobre sua dinâmica socioeconômica, por acreditamos

ser importante para a análise geográfica a compreensão da dinâmica territorial concatenada a uma teoria válida para a interpretação da realidade estudada, o que requer a interpretação de estatísticas por meio de reflexões teóricas e trabalhos de campo que aproximem o pesquisador da complexidade explicitada pelos usos do território investigado.

Assim sendo, apreendemos a existência do circuito superior e do circuito inferior no eixo Natal-Caicó relacionando dados coletados em campo com a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Fazendo isso, identificamos a totalidade das atividades existentes na realidade estudada de maneira sistemática, isto é, com lastro teórico-metodológico.

Tal identificação decorreu de trabalho de campo realizado na totalidade desse território entre os meses de dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. Nessa etapa da investigação, inventariamos todas as atividades existentes no eixo rodoviário (formulário 1), observando a organização, os níveis tecnológico e de capital bem como as escalas de atuação de cada atividade.

As rodovias do eixo Natal-Caicó, em sua maior extensão, não perpassam cidades (fotografia 1), sendo margeadas, predominantemente, por vegetação e algumas atividades econômicas, destinadas, às vezes, ao atendimento de demandas de pessoas que se deslocam pelo eixo. Dentre essas atividades, citamos a venda de frutas e/ou verduras típicas (caju, manga, jerimum) em barracas, que são comumente visitadas por passageiros que apreciam esses alimentos. Há também atividades que não se destinam a tal finalidade, mas, sim, à produção de mercadorias que serão escoadas no contexto do Rio Grande do Norte ou para outros territórios estaduais. Um exemplo é a indústria de cerâmica vermelha, que produz tijolos e telhas.

Em sua menor extensão, as referidas rodovias “cortam” cidades (fotografia 2), especificamente Natal, Bom Jesus, Tangará, Santa Cruz, Currais Novos (BR 226 e 104), Acari, Jardim do Seridó e Caicó (BR 427). Em Macaíba, a BR 226 perpassa os distritos de Cajazeiras e As Marias, nos quais existem várias atividades de comercialização de alimentos e de artesanato às margens da estrada. Em Natal, a estrada perpassa os bairros Felipe Camarão, Bom Pastor, Nordeste e Quintas, os quais estão dentre os mais pobres da capital potiguar. Nas outras cidades, as rodovias se constituem em importante centro comercial e de serviços, compreendendo várias atividades econômicas. Destas, algumas são, sobretudo, destinadas ao atendimento de viajantes (borracharias), outras de pessoas residentes no local (mercadinhos) e há atividades utilizadas tanto por passageiros quanto por moradores, como as lanchonetes.

Formulário 1
Material de pesquisa utilizado para inventariar
os circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó

PESQUISA DE CAMPO – OBSERVAÇÃO DE ATIVIDADES EXISTENTES NO EIXO RODOVIÁRIO NATAL-CAICÓ

Cidade:	
Data:	
Circuito da economia urbana:	
Atividade: produção ou distribuição de	Quantidade:
Peças do vestuário	
Produtos de panificação e confeitaria	
Doces, balas, bombons e semelhantes	
Móveis	
Artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção	
Esquadrias, portões	
Outra:	
Atividade: comercialização de	Quantidade:
Veículos, peças e motocicletas	
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	
Tecidos, artigos de vestuário, calçados, plástico	
Material de construção, artesanato, ração para animais	
Produtos farmacêuticos, cosméticos	
Eletrrodomésticos e móveis	
Bijuteria, relógios, joias, óculos	
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	
Celulares e acessórios	
Outra:	
Atividade: prestação de serviço de	Quantidade:
Instalação e manutenção elétrica	
Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar-condicionado, ventilação e refrigeração	
Obras de alvenaria	
Serviços de pintura	
Instalações hidráulicas	
Serviços de alojamento	
Alimentação	
Atividades culturais, recreativas e esportivas (casa de shows, parque de vaquejada)	
Informática	
Ensino continuado	
Representação comercial	
Investigação, vigilância, segurança e transporte de valores	
Transporte rodoviário de táxi, mototáxi, escolar, ônibus coletivo	
Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	
Manutenção e reparação de veículos automotores	
Manutenção e reparação de equipamentos de informática e comunicação	
Manutenção e reparação de objetos pessoais e domésticos	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	
Cabeleireiros, barbeiros, salões de beleza e outras atividades de tratamento de beleza	
Atividades funerárias e serviços relacionados	
Atividades de advocacia, contabilidade, auditoria	
Instalação, reparação e manutenção de som automotivo	
Outra:	
TOTAL	
Observações:	

Elaboração: Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador, 2012-2013.

Fotografia 1
Santa Cruz – Rodovia (BR 226) margeada por vegetação



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Fotografia 2
Tangará – Rodovia (BR 226) perpassando o centro da cidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Vale frisar que as atividades dos circuitos da economia urbana analisadas neste trabalho estão localizadas nas margens das rodovias que constituem o eixo Natal-Caicó, formando, assim, o circuito superior e o circuito inferior do eixo rodoviário em questão.

No trabalho de campo que realizamos, a rodovia sempre foi destacada por agentes responsáveis por atividades hegemônicas ou não hegemônicas como sendo uma boa localização para atividades econômicas, já que apresenta densidade de fluxos de pessoas, constitui-se em centro de consumo e, por vezes, concentra atividades do mesmo ramo, fato que pode beneficiar atividades semelhantes pelas relações que se tornam possíveis, como na ocupação de pessoas e na troca de informações.

Dessa maneira, nos centros regionais sertanejos e nas cidades locais abrangidas por rodovia, o espaço mais valorizado, em termos de venda, compra ou aluguel de imóveis, é a rodovia. Mesmo assim, há muitas atividades do circuito inferior localizadas em margens de estrada, algumas submetidas ao pagamento de consideráveis preços de aluguel, os quais são elevados, para o nível de capital das atividades da economia dos pobres. Os agentes dessa economia investem nessa localidade porque o alto preço do aluguel, geralmente, é recompensado pela quantidade de pessoas que aí circula bem como pelo mercado concentrado.

Nesse sentido, nos centros regionais sertanejos e nas cidades locais cortadas por rodovia, as atividades não hegemônicas localizadas nas margens de estrada não estão nos interstícios da cidade, mas em um importante centro comercial e de serviços, que se apresenta como o espaço mais valorizado da cidade. Isso ocorre devido ao fato de a dinâmica desses centros urbanos ser bastante calcada no circuito inferior da economia, tendo em vista a quase inexistência de indústrias modernas, o fato de a economia ser fortemente fundamentada em pequenas atividades comerciais e de serviços e a concentração de atividades do circuito superior, sobretudo, em Natal. Portanto são cidades onde os processos de planejamento e ordenamento do território não têm como desconsiderar a economia não hegemônica, devido a sua forte proeminência.

O circuito superior da economia urbana do eixo rodoviário Natal-Caicó é definido por atividades de organização burocrática, considerável nível tecnológico e forte necessidade de capital para seu desenvolvimento, como bancos, indústria, comércio e serviços modernos, e atacadistas. Tais atividades têm ampla escala de atuação, relacionando-se com os âmbitos regional, nacional e até mesmo global. Já o circuito inferior desse eixo rodoviário é integrado por atividades de organização criativa e pouco ou nada burocrática, de tecnologia utilizada em nível inferior ao que ocorre naquele circuito e de menor necessidade de capital para o funcionamento, sendo, em contrapartida, imprescindível a intensidade de trabalho. É o caso das

pequenas produções de alimentos, do pequeno comércio e dos serviços diversos fornecidos a varejo. As atividades não hegemônicas vêm, ultimamente, expandindo sua escala de atuação, contudo as relações com o lugar continuam importantes.

Há também atividades hegemônicas híbridas, isto é, que apresentam “[...] a racionalidade instrumental, típica dos agentes hegemônicos, e a racionalidade comunicacional, típica dos agentes marginais” (BICUDO JÚNIOR, 2006, p. 14). Essas atividades formam o circuito superior marginal e são assim denominadas devido a apresentarem características do circuito superior e algumas do inferior. Ou seja, seu desenvolvimento envolve tanto a aplicação considerável de capital quanto a necessidade premente de trabalho, por vezes, familiar (SANTOS, 1978). Além disso, no circuito superior marginal, a escala de atuação é bastante relacionada ao lugar, apesar de também haver conexões com outros contextos, como o microrregional e o estadual. Do mesmo modo, assim como no circuito inferior, as atividades superiores marginais são mais vulneráveis às situações de crise econômica, podendo desaparecer, aparecer ou serem reestruturadas mais rapidamente do que as puramente superiores (DAVID, 2010).

Identificamos, no eixo rodoviário Natal-Caicó, 405 atividades do circuito superior, destacando-se as seguintes: atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; comercialização de material de construção, artesanato, ração para animais; de tecidos, artigos de vestuário, calçados, plástico; de bijuteria, relógios, joias, óculos; serviço odontológico; comercialização de veículos, peças e motocicletas; produção de pré-moldados; produção de ração para gado; produção de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso em construção; e atividades de advocacia, contabilidade, auditoria. Dessas, as que marcam mais acentuadamente o eixo são as de comercialização de combustíveis para veículos automotores (postos de combustíveis) (fotografia 3), as de comercialização de veículos, peças e motocicletas (lojas de venda de veículos e/ou motocicletas e lojas de venda, instalação e manutenção de peças para veículos e/ou motocicletas) (fotografia 4) e as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (agências bancárias e postos bancários ou de correspondentes para realização de operações eletrônicas ou de empréstimos pessoais para aposentados, pensionistas e servidores públicos).

Das atividades do circuito superior do eixo rodoviário Natal-Caicó, a maioria são superiores marginais, por serem desenvolvidas com organização burocrática e considerável nível tecnológico, mas também se alicerçarem, por vezes, no trabalho familiar, além de sua escala de atuação ser, geralmente, local, microrregional e/ou estadual. Nos centros locais, o

circuito superior existente é predominantemente marginal, enquanto, nos centros regionais sertanejos, nas cidades da Região Metropolitana de Natal (RMN) e na capital, em decorrência da maior complexidade do mercado, as atividades hegemônicas marginais dividem espaço com as superiores puras.

Fotografia 3
Caicó – Posto de combustíveis na BR 427



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Fotografia 4
Caicó – Loja de veículos na BR 427



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

No tocante ao circuito inferior, identificamos 967 atividades, das quais as principais são: comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; de tecidos, artigos de vestuário,

calçados, plástico; manutenção e reparação de veículos automotores; comercialização de material de construção, artesanato, ração para animais; de veículos, peças e motocicletas; e produção de pré-moldados (quadro 1). Destas, as mais recorrentes no eixo rodoviário são as de comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo (mercadinhos, lanchonetes, bares) (fotografia 5) e as de manutenção e reparação de veículos automotores (oficinas de conserto de veículos e/ou de motocicletas, borracharias) (fotografia 6). Vale frisar que, no ramo da comercialização de veículos, peças e motocicletas, há pequenos comércios de peças para veículos e/ou para motocicletas, mas também comércio em que o responsável compra tratores ou veículos velhos, repara-os e, assim, os vende, com pagamento preferencialmente à vista ou parcelado no crédito pessoal, mediante assinatura de notas promissórias.

Quadro 1
Eixo rodoviário Natal-Caicó – Número de atividades do circuito superior e do circuito inferior e principais atividades desses circuitos, em 2012 e 2013

Cidades*	Número de atividades do circuito superior	Número de atividades do circuito inferior	Principais atividades do circuito superior	Principais atividades do circuito inferior
Natal (capital do estado)	23	201	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; comercialização de material de construção, artesanato, ração para animais; e serviço odontológico.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; manutenção e reparação de veículos automotores; comercialização de veículos, peças e motocicletas; e de material de construção, artesanato, ração para animais.
Parnamirim (cidade da RMN)	57	02	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; comercialização de veículos, peças e motocicletas; de material de construção, artesanato, ração para animais; e produção de pré-moldados.	Produção de pré-moldados; e comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo.
Macaíba (cidade da RMN)	57	120	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; de material de construção, artesanato, ração para animais; e manutenção e reparação de veículos automotores.
Bom Jesus (centro local)	09	74	Atividades financeiras, de	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; de

			seguros e serviços relacionados.	tecidos, artigos de vestuário, calçados, plásticos; e manutenção e reparação de veículos automotores.
Senador Elói de Souza (centro local)	01	03	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; manutenção e reparação de veículos automotores; transporte rodoviário de táxi, moto táxi, escolar, ônibus coletivo.
Serra Caiada (centro local)	03	08	Produção de ração para gado; comercialização de veículos, peças e motocicletas; e comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; e manutenção e reparação de veículos automotores.
Tangará (centro local)	16	83	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; manutenção e reparação de veículos automotores; e comercialização de tecidos, artigos de vestuário, calçados, plásticos.
Santa Cruz (centro regional sertanejo)	41	88	Comercialização de veículos, peças e motocicletas; produção de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção; e comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; e manutenção e reparação de veículos automotores.
Campo Redondo (centro local)	01	11	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo.
Currais Novos (centro regional sertanejo)	54	129	Comercialização de veículos, peças e motocicletas; atividades de advocacia, contabilidade, auditoria; comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; manutenção e reparação de veículos automotores; comercialização de veículos, peças e motocicletas; e de tecidos, artigos de vestuário, calçados, plásticos.
Acari (centro local)	10	54	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; comercialização de bijuterias, relógios, joias, óculos.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; de tecidos, artigos de vestuário, calçados, plásticos.

Jardim do Seridó (centro local)	04	32	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.	Manutenção e reparação de veículos automotores; comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo.
Caicó (centro regional sertanejo)	129	162	Comercialização de veículos, peças e motocicletas; de tecidos, artigos de vestuário, calçados, plásticos; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; de tecidos, artigos de vestuário, calçados, plásticos; manutenção e reparação de veículos automotores; comercialização de material de construção, artesanato, ração para animais.
Eixo rodoviário Natal-Caicó	405	967	Comercialização de combustíveis para veículos automotores; de veículos, peças e motocicletas; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.	Comercialização de produtos alimentícios, bebidas e fumo; manutenção e reparação de veículos automotores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012-2013.

* A ordem das cidades está de acordo com a localização destas no eixo rodoviário Natal-Caicó, conforme mostrado no mapa 1.

Fotografia 5

Currais Novos – Comércio de bebidas e alimentos na BR 226



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Fotografia 6

Santa Cruz – Borracharia na BR 226



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

4. Considerações finais

Conectando a capital do estado com importantes centros regionais sertanejos e com cidades locais, o eixo rodoviário Natal-Caicó se destaca pela frequente circulação intermunicipal de trabalhadores, estudantes e pessoas em busca de tratamento médico, assim como por ser constituído de cidades cuja dinâmica territorial é bastante fundamentada nos fluxos gerados pela rodovia que as atravessa.

Nessas cidades, a rodovia caracteriza-se como importante espaço produtivo, comercial e de serviços, localizando diferentes atividades que fazem das margens um centro econômico imprescindível para a vida em cidades potiguares. Assim, consideramos o eixo rodoviário Natal-Caicó como um subsistema de movimentos do território potiguar cuja economia urbana é segmentada em dois conteúdos: o do uso do território como um recurso a ser explorado, evidenciado pelas atividades do circuito superior da economia urbana; e o do uso do território como um abrigo para a sobrevivência dos pobres, desencadeado pelas atividades do circuito inferior.

O circuito superior existente no eixo rodoviário Natal-Caicó é formado por atividades produtivas, comerciais e de serviços desenvolvidas com organização burocrática e necessidade considerável de tecnologia e capital para sua dinâmica. A escala de atuação dessas atividades é ampla, referente aos contextos regional, nacional e global. O circuito inferior caracteriza-se por atividades pouco ou nada burocráticas e bastante criativas, que utilizam menos tecnologia e capital em suas tarefas e têm como aspecto imprescindível a intensidade de trabalho. Sua escala de atuação é bastante conectada ao âmbito local, embora se venha expandindo na atualidade.

Das atividades hegemônicas localizadas no eixo rodoviário Natal-Caicó, destacam-se as de organização híbrida, isto é, as que misturam características do circuito superior com algumas do inferior: a organização é menos burocrática do que a das atividades puramente superiores, o desencadeamento do negócio envolve a aplicação considerável de tecnologia e de capital mas também a necessidade premente de trabalho, inclusive, familiar, tendo complexa escala de atuação, relacionando-se sobremaneira com o lugar e conectando-se a outros contextos, como o microrregional e o estadual.

Em termos quantitativos e qualitativos, o circuito inferior é proeminente no eixo Natal-Caicó. Suas atividades, que correspondem a 70% dos negócios aí localizados, contribuem para o uso banal de variáveis do período atual; abrigam a maioria dos trabalhadores, proporcionando-lhes ocupação e renda; além de evidenciarem o território usado como fator de desigualdades,

de alternativas e de resistências aos nexos da Globalização. Apesar dessa proeminência, o circuito inferior não existe separadamente; ele coexiste com o circuito superior, por relações de concorrência, complementaridade e subordinação.

Portanto, fica explicitada a existência dos circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó. Entretanto, o estudo da economia política de cidades não se limita à identificação de atividades. Tão importante quanto inventariar é analisar os circuitos, compreendendo-os numa perspectiva relacional. Nos dedicaremos a essa compreensão em trabalhos seguintes a este.

5. Referências

BICUDO JÚNIOR, Edison Claudino. **O circuito superior marginal**: produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

DAVID, Virna Carvalho. **Território usado e circuito superior marginal**: equipamentos médico-hospitalares em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP). 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, p. 29-47, ago. 1975. Disponível em: <<http://ssi.sagepub.com/content/14/3/29.full.pdf+html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

PERROUX, François. **Economia e sociedade**: coacção-troca-dom. São Paulo: Duas Cidades, 1961.

_____. **L'Economie du XX siecle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1978] 2007.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Francisco Alves, 1978.

_____. O retorno do território. In: _____; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. p. 15-20.

_____. Território, espaço banal, lugar-comum. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 09 nov. 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, Práxis e Autonomia: espaços de resistência e de Esperanças, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del Cendes**, ano 21, n. 57, terceira época, sep./dic. 2004.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

**DO POLÍGONO DAS SECAS À VULNERABILIDADE AO COLAPSO
HÍDRICO: UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO
NORTE**

*FROM DRY POLYGON TO VULNERABILITY TO WATER COLLAPSE: AN ANALYSIS OF
THE RIO GRANDE DO NORTE TERRITORY*

*DEL POLÍGONO DE LAS SECAS A LA VULNERABILIDAD AL COLAPSO HÍDRICO: UN
ANÁLISIS DEL TERRITORIO DEL RÍO GRANDE DO NORTE*

Adriano Lima Troleis¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Bruno Lopes da Silva²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

¹ Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRN. E-mail: adrianotroleis@gmail.com

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRN. E-mail: bsilva1986@bol.com.br

Resumo

O Polígono das Secas é um território que caracteriza a área de predomínio das condições de semiaridez na região Nordeste. No Rio Grande do Norte, o Polígono das Secas abrange mais de 90% dos municípios, os quais apresentam uma estrutura hídrica diversificada com potencialidades e fragilidades específicas. Partindo desse princípio, objetiva-se analisar o Polígono das Secas e a vulnerabilidade ao colapso hídrico no território do Rio Grande do Norte, de 2015 a 2017. Tal análise possibilitou a geração de quatro recortes territoriais específicos: 1) municípios que não fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico; 2) municípios que fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico; 3) municípios que não fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico; e 4) municípios que fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico. Esses resultados evidenciaram que a discussão sobre Polígono das Secas e vulnerabilidade ao colapso hídrico, demanda diferentes análises territoriais, principalmente para o planejamento e gestão dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Recursos hídricos. Territórios de aridez. Rio Grande do Norte.

Abstract

The Drought Polygon is a territory that characterizes the area of predominance of semiarid conditions in the Northeast region. In Rio Grande do Norte, the Drought Polygon covers more than 90% of the municipalities, which have a diversified water structure with specific potentialities and fragilities. Based on this principle, the objective is to analyze the Drought Polygon and the vulnerability to water collapse in the territory of Rio Grande do Norte, from 2015 to 2017. This analysis allowed the generation of four specific territorial clippings: 1) municipalities that are not part of the Drought Polygon and that shows average vulnerability to the water collapse; 2) municipalities that are part of the Drought Polygon and that present medium vulnerability to water collapse; 3) municipalities that are not part of the Drought Polygon and that present high vulnerability to water collapse; and 4) municipalities that are part of the Drought Polygon and that present high vulnerability to water collapse. These results showed that the discussion on Drought Polygon and vulnerability to water collapse requires different territorial analyzes, mainly for the planning and management of water resources in Rio Grande do Norte.

Keywords: Water resources. Aridity territories. Rio Grande do Norte.

Resumen

El Polígono de las Secas es un territorio que caracteriza el área de predominio de las condiciones de semiaridez en la región Nordeste. En el Río Grande del Norte, el Polígono de las Secas abarca más del 90% de los municipios, los cuales presentan una estructura hídrica diversificada con potencialidades y fragilidades específicas. A partir de ese principio, se pretende analizar el Polígono de las Secas y la vulnerabilidad al colapso hídrico en el territorio de Rio Grande do Norte, de 2015 a 2017. Tal análisis posibilitó la generación de cuatro recortes territoriales específicos: 1) municipios que no forman parte del mismo, Polígono de las Secas y que presentan una media vulnerabilidad al colapso hídrico; 2) municipios que forman parte del Polígono de las Secas y que presentan una media vulnerabilidad al colapso hídrico; 3) municipios que no forman parte del Polígono de las Secas y que presentan alta vulnerabilidad al colapso hídrico; y 4) municipios que forman parte del Polígono de las Secas y que presentan alta vulnerabilidad al colapso hídrico. Estos resultados evidenciaron que la discusión sobre Polígono de las Secas y vulnerabilidad al colapso hídrico, demanda diferentes análisis territoriales, principalmente para la planificación y gestión de los recursos hídricos en Rio Grande do Norte.

Palabras clave: Recursos hídricos. Territorios de aridez. Río Grande del Norte.

1. Introdução

O Polígono das Secas enquanto recorte territorial de abrangência das condições de semiaridez se constitui em uma área de suma importância para o delineamento das políticas públicas relacionadas ao gerenciamento e gestão dos efeitos adversos do processo de estiagem. Institucionalizado na década de 1980, esse recorte territorial tem passados por várias alterações ao longo do tempo, com a inclusão de novos municípios, extrapolando hoje os limites político-administrativos da região Nordeste.

No contexto do Nordeste, um dos estados mais abrangido pelo Polígono das Secas é o Rio Grande do Norte, uma vez que, mais de 90% de seus municípios se enquadram dentro desse recorte territorial devido aos problemas relacionados aos recursos hídricos, sobretudo, a vulnerabilidade ao colapso no abastecimento de água. O Rio Grande do Norte apresenta também baixos índices de precipitação e dificuldades para suprir a demanda do consumo de água, por parte da população, caracterizando cenários de alta vulnerabilidade. Por esses motivos, a análise do cenário de colapso tem que ser feita levando em consonância o território do Polígono das Secas no estado.

Tal discussão contribuirá para a gestão territorial dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte, podendo resultar em ações de contingenciamento, que visem a diminuição do risco de colapso no abastecimento de água de vários municípios. Por se tratar de um estudo geográfico, essa discussão possibilitará também a identificação de diferentes recortes territoriais, onde a relação entre Polígono das Secas e vulnerabilidade ao colapso hídrico, se caracterizam e se relacionam de maneiras bem específicas.

Diante do exposto, estabelece-se como questão problematizadora a seguinte premissa: como se caracteriza territorialmente a relação entre o Polígono das Secas e a vulnerabilidade ao colapso hídrico no Rio Grande do Norte de 2015 a 2017? Para responder a essa questão, estruturou-se uma discussão baseada em três seções. A primeira faz uma abordagem sobre secas e colapso hídrico; a segunda trata da vulnerabilidade territorial ao colapso hídrico; e a terceira discute o território das secas e a vulnerabilidade ao colapso hídrico.

2. Secas e colapso hídrico

Discutir a seca exige um esforço intelectual na busca da compreensão geográfica de um fenômeno que tem afetado milhares de pessoas em diversos estados da região Nordeste,

inclusive o Rio Grande do Norte. Conceitualmente, a seca, enquanto um fenômeno natural apresenta uma série de significados, dependendo do contexto e da escala espacial em que é empregada. Segundo Carvalho (2012), a seca enquanto fenômeno multisetorial pode ser entendida de três formas: a seca meteorológica; a seca hidrológica; e a seca agrícola. A seca meteorológica diz respeito a precipitação abaixo do normal, juntamente com a elevação das médias térmicas. Este tipo de seca acaba de certa forma, proporcionando a redução das vazões dos rios e dos níveis dos reservatórios, configurando assim, a seca hidrológica. Com a redução dos níveis de água nos reservatórios, todas aquelas culturas que dependem desse recurso acabam passando por dificuldades, que afetam tanto as perdas de produção quanto a redução da produção por hectare plantado. Esse processo, é caracterizando como sendo a seca agrícola.

Os diferentes tipos de seca relacionados dão origem a um quadro de escassez que pode comprometer as condições de sobrevivência, tanto para atender as demandas básicas, quanto econômicas. Cabe destacar, que apesar da grande relevância que o tema tem adquirido nos últimos tempos, do ponto de vista acadêmico, político e midiático, a seca é um fenômeno que já vem afetando a humanidade há muitos séculos.

Segundo os registros do DNOCS (2015), algumas secas foram bastante severas na região Nordeste e no Rio grande do Norte, tais como as que aconteceram nos anos de 1877, 1879, 1915, 1932, 1958, 1970 e as de 1979 a 1983. Esses anos de estiagem castigaram as populações que viviam principalmente na área de abrangência do semiárido, o chamado polígono das secas, onde os baixos índices pluviométricos somados a outros aspectos físicos e sociais, criaram um cenário de grandes dificuldades a vida das pessoas que habitavam tais localidades (CARVALHO, 2012), podendo resultar no comprometimento da disponibilidade dos recursos hídricos e em uma conseqüente situação de colapso no abastecimento de água.

Vale ressaltar, que uma situação de colapso hídrico em determinado território, é motivo de grande preocupação, pois torna iminente o risco de paralisação de um conjunto de atividades humanas, que direta ou indiretamente necessitam da disponibilidade de água. Do ponto de vista operacional, o colapso no funcionamento dos recursos hídricos se dá quando há uma perda total da disponibilidade de água nos mananciais de abastecimento (BASTOS, DUARTE e BENTES, 2009; REBOUÇAS, 1997).

Nesse sentido, considerando os recursos hídricos enquanto uma estrutura sistêmica, o colapso vem à tona quando alguns elementos desse sistema começam a não desempenharem de maneira eficaz a sua função principal, que é a de disponibilizar água em quantidade e qualidade suficiente para os diversos usos. Logo, quando essa função passa a ser realizada de forma

deficitária por todos os elementos dos recursos hídricos, sejam eles naturais ou técnicos, o resultado esperado é o colapso total, culminando com a paralisação da estrutura como um todo, pois os *outputs* de água passam a ser muito superiores aos *inputs*.

Em termos hipotéticos, o colapso pode ser caracterizado por longos períodos de seca e escassez de chuvas; redução na recarga e nos níveis dos aquíferos; diminuição do volume de água armazenado pelos açudes, barragens e lagoas; queda dos valores de vazão dos canais fluviais das bacias hidrográficas; interrupções frequentes nos sistemas de adução e nas redes de distribuição de água. Nos últimos sete anos todas essas problemáticas tem estado presente no Rio Grande do Norte trazendo implicações diretas no funcionamento dos sistemas de abastecimento de água de vários municípios.

A situação de colapso já foi decretada em diversos municípios do território norte-riograndense, principalmente no ano de 2015. Um dos indicadores desse cenário, são os decretos de calamidade pública, que são instaurados pelo próprio poder público municipal, o que leva a crer que a definição do estado de colapso tende a variar de um município para o outro. Por esse motivo, um entendimento mais aprofundado acerca da vulnerabilidade territorial de colapso hídrico, no estado como um todo, requer a utilização de um modelo sistêmico, com a integração de um conjunto de variáveis específicas.

3. A vulnerabilidade territorial ao colapso hídrico

A caracterização de um cenário de vulnerabilidade se dá a partir de um conjunto de fatores de diversas naturezas e dimensões, que envolvem indivíduos, níveis de análise, instituições e territórios. No caso do território, a definição da sua vulnerabilidade se dá em função das suas características físicas e sociais, ou seja, da forma como esse território responde aos efeitos de determinados fenômenos estruturais e conjunturais (CUNHA, JAKOB e HOGAN *et al* 2004).

Em relação ao território do Rio Grande do Norte, definido politicamente a partir de 167 municípios, tem predominado nos últimos anos um quadro de estiagem prolongada, responsável pelo comprometimento do abastecimento de água de várias localidades. O cenário de colapso hídrico tem se instaurado em vários municípios, haja vista que os seus sistemas de abastecimento não apresentam mais a capacidade operacional total, inviabilizando assim, a segurança hídrica de sua população (ANA, 2016).

Essa situação de colapso hídrico em alguns municípios do Rio Grande do Norte nada mais é do que uma das marcas deixadas pela territorialidade da seca no estado. Diante disso, considerando as fragilidades hídricas do Rio Grande do Norte, indaga-se: qual a vulnerabilidade territorial do estado ao colapso hídrico entre 2015 e 2017? Para obter resposta a esse questionamento, é preciso analisar um conjunto de variáveis de caráter físico e social, que serão aplicadas para cada município.

4. O território das secas e a vulnerabilidade ao colapso hídrico

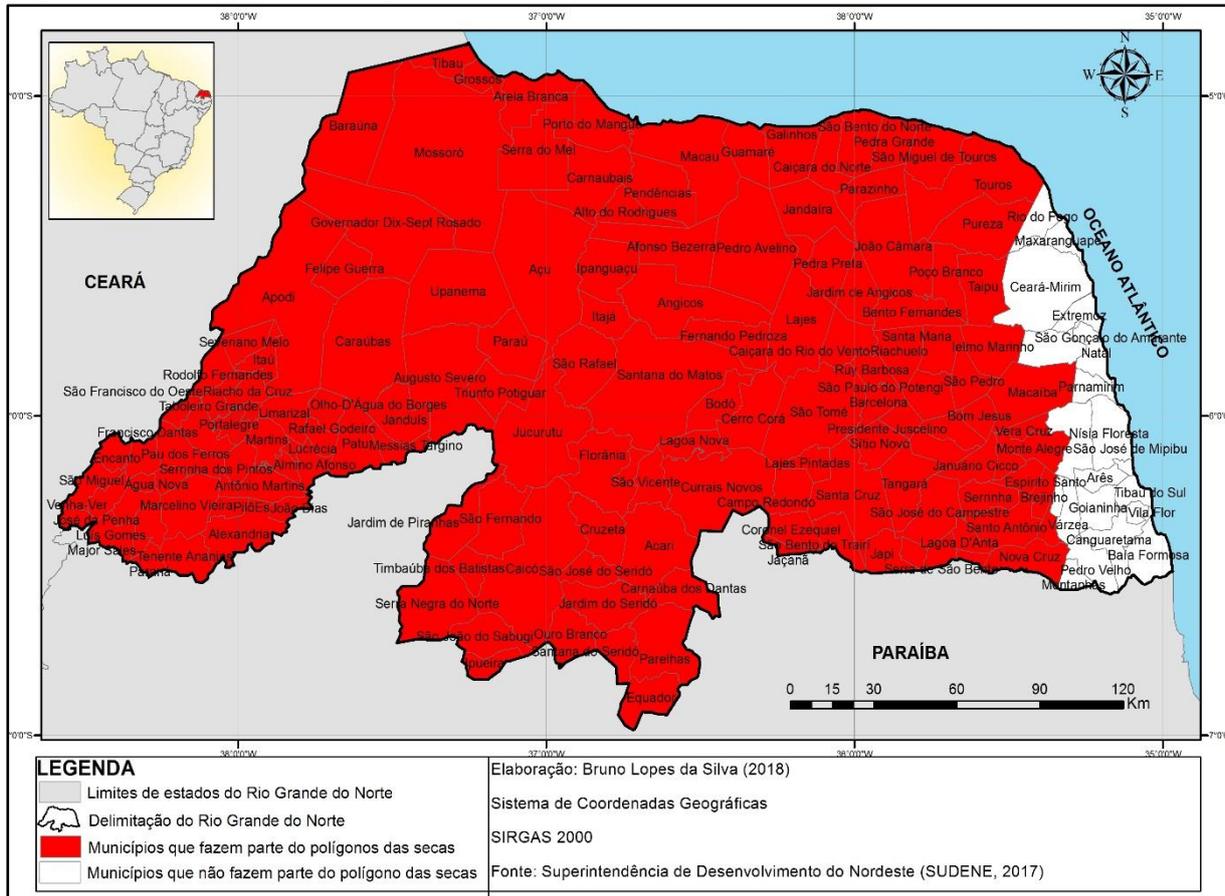
Quando se fala na territorialidade das secas, a nível de Nordeste, é preciso considerar o principal recorte espacial utilizado para delimitação das condições de semiaridez, o qual tem uma área de 877.630,2 km² de extensão, que abrange 1050 municípios dessa região. Tal delimitação territorial recebe o nome de “Polígono das Secas”, e foi criada em 1989, a partir da Lei nº 7.827, de 27 de Setembro, e alterada posteriormente em 2017 nas resoluções 107 (27 Julho); e 115 (23 de Novembro) tendo como objetivo definir uma área de referência para o direcionamento de políticas públicas para os municípios que faziam parte do Semiárido nordestino (SUDENE, 2017).

Apesar de possuir uma forte conotação climática, a delimitação territorial do “Polígono das Secas”, deve se levar em consideração outros critérios. Segundo o Ministério da Integração Nacional (2005) é necessário que sejam considerados o Índice de aridez; o Risco de ocorrência de secas; as Unidades geossistêmicas existentes no Semiárido; o Domínio de pluviosidade de até 800 mm; e o Déficit hídrico. Apesar de utilizar critérios naturais, essa delimitação possui uma natureza política, justamente pelo fato de estar baseada em uma Lei e em um conjunto de decretos.

Pelo fato de estar amparado em normas (Leis e Resoluções), o “Polígono das Secas”, passa a ser utilizado enquanto espaço voltado para o planejamento e gestão territorial do Nordeste, uma vez que, os municípios que estão inseridos nesse recorte espacial passam a ter prioridade no que diz respeito ao recebimento de políticas públicas de combate aos efeitos da estiagem. Trata-se, portanto, de um território cujo uso se dá a partir de ações governamentais como a perfuração de poços; a construção de cisternas rurais; a implantação de barragens subterrâneas; a dessalinização e aproveitamento de água salobra; o reaproveitamento de águas servidas; e a construção açudes, barragens e adutoras (MONTENEGRO e MONTENEGRO, 2012).

Em estados como no Rio Grande do Norte, por exemplo, essas ações governamentais tendem a ser mais notórias, uma vez que, 93% de seu território está inserido no território do “Polígono das Secas”. Na figura 1, é possível identificar os municípios do Rio Grande do Norte que em 2017 estavam inseridos nesse território.

Figura 1: Território do Polígono das Secas no Rio Grande do Norte



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017).

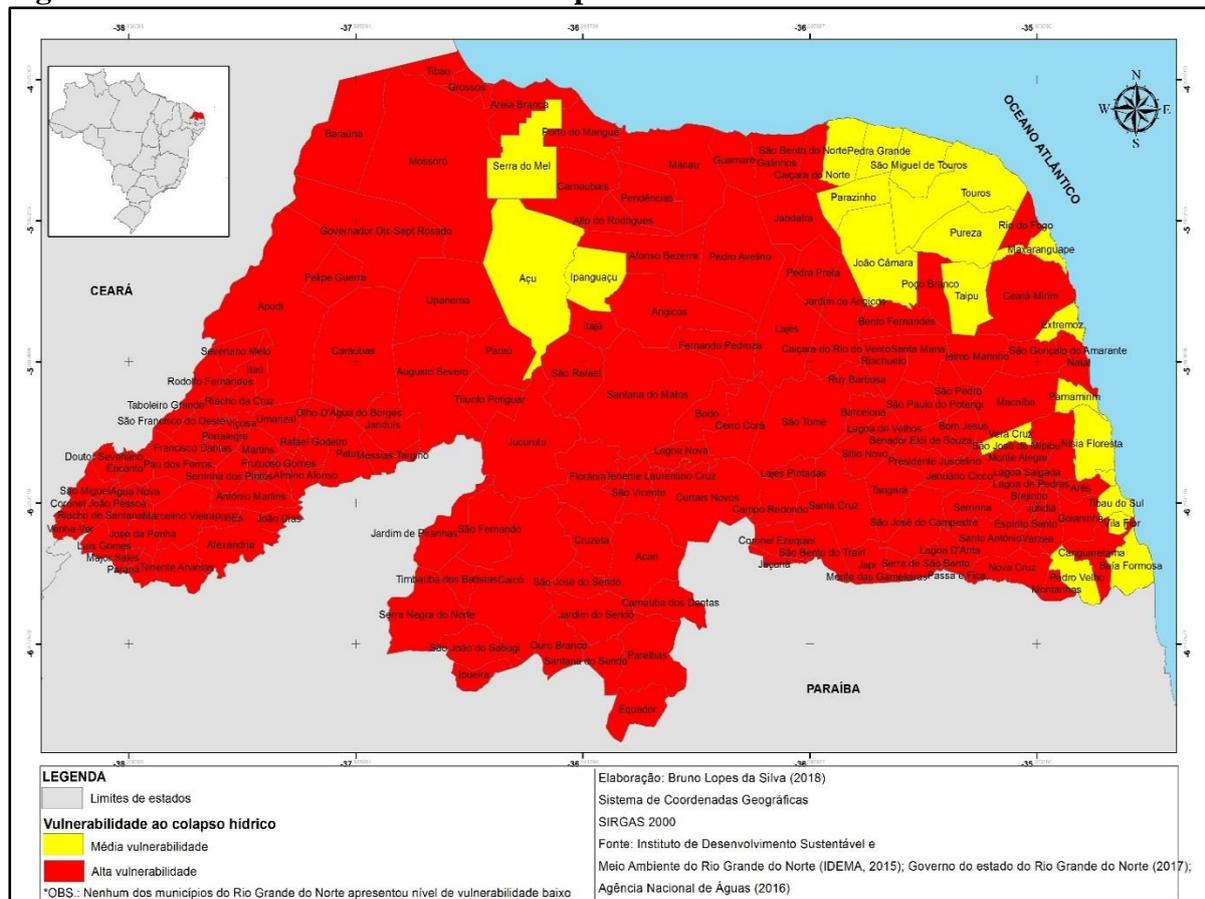
A partir da análise da figura 1, é possível identificar que dos 167 municípios do Rio Grande do Norte, 147 fazem parte do território do “Polígono das Secas”, área de predomínio da semiaridez. A exceção são 20 municípios que estão localizados ao longo e nas proximidades do litoral leste do estado, sendo eles: Ceará-Mirim, Maxaranguape, São Gonçalo do Amarante, Rio do Fogo, São José do Mipibú, Jundiá, Montanhas, Espírito Santo, Extremoz, Pedro Velho, Parnamirim, Arês, Goianinha, Canguaretama, Natal, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Baía Formosa, e Vila Flor.

A localização geográfica desses municípios nas proximidades do litoral leste do estado, traz à tona a hipótese de que nessas áreas as condições climáticas favorecem ao aumento dos níveis de precipitação e umidade, reduzindo assim o risco da semiaridez. Os outros 147

municípios do estado, que fazem parte do “Polígono das Secas”, localizam-se em áreas onde tais condições climáticas nem sempre são atendidas, o que tende a deixar o município mais vulnerável aos efeitos da semiaridez.

Porém, quando se analisa os níveis de vulnerabilidade ao colapso hídrico no Rio Grande do Norte, percebe-se algumas diferenças espaciais, em comparação com a territorialidade do Polígono das Secas. A figura 2, mostra os níveis de vulnerabilidade ao colapso hídrico no Rio Grande do Norte, para o período de 2015 a 2017.

Figura 2: Vulnerabilidade ao colapso hídrico no Rio Grande do Norte



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA, 2015); Governo do estado do Rio Grande do Norte (2017); Agência Nacional de Águas (ANA, 2016); Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH, 2017).

Na figura 2 é possível identificar a existência de apenas dois níveis de vulnerabilidade (média e alta) ao colapso hídrico no RN. As 20 Unidades Territoriais Básicas que apresentaram média vulnerabilidade ao colapso hídrico concentraram-se em duas áreas específicas do estado e representam 12% dos municípios: o litoral Leste, em uma área que se estende aproximadamente de Pedro Velho a São Bento do Norte, e parte na região centro-norte do

estado. No contexto litorâneo destacam-se os municípios de Pedro Velho, Baía Formosa, Vila Flor, Tibau do Sul, Vera Cruz, Nísia Floresta, Parnamirim, Extremoz, Maxaranguape, Taipu, Pureza, Touros, São Miguel de Touros, Pedra Grande, Parazinho, João Câmara e São Bento do Norte. No que diz respeito a região centro-norte, destacaram-se os municípios de Açu, Ipanguaçu e Serra do Mel.

Os municípios em situação de média vulnerabilidade se configuraram a partir de um equilíbrio entre potencialidades e fragilidades hídricas. Para tanto considerou-se: áreas de aquífero Cárstico ou Poroso, que são estruturas geológicas que armazenam boa quantidade de água; zonas climáticas de média ou alta precipitação e umidade, predomínio de clima úmido e ou semi-úmido; reservatórios de grande porte para o armazenamento de água, desde que estejam com níveis acima de 50% de sua capacidade; funcionamento do sistema de adutoras; e situação do sistema de abastecimento de água minimamente eficiente, onde não é necessário o uso de carros-pipa para complementar este serviço.

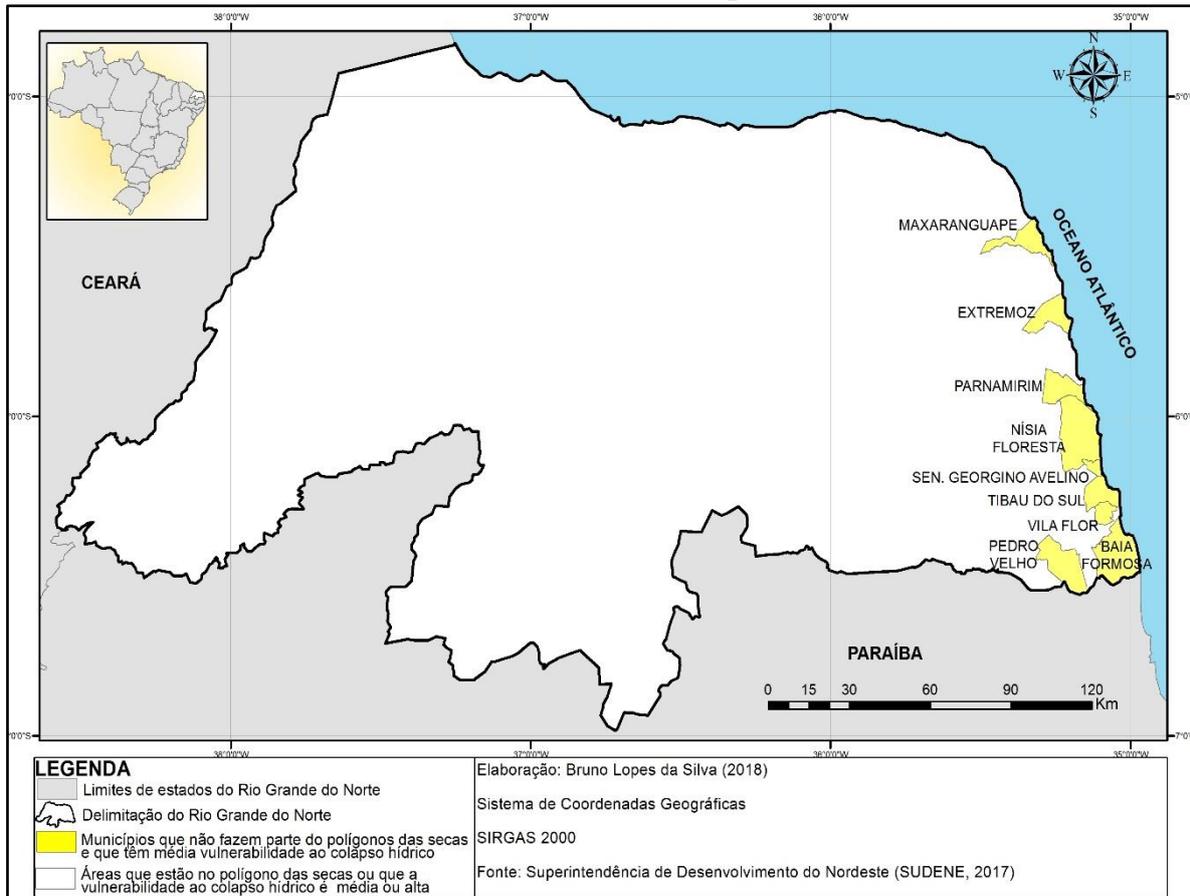
Já as Unidades Territoriais Básicas que apresentaram alta vulnerabilidade ao colapso hídrico compreendem todos os outros 147 municípios do estado, o que representa 88% das unidades existentes. Tal resultado mostra que o RN apresenta um quadro de elevada criticidade ao colapso hídrico.

Os municípios em situação de alta vulnerabilidade se configuraram a partir de um predomínio de fragilidades hídricas. Para tanto considerou-se: áreas de aquífero fraturado, que são estruturas geológicas que armazenam pouca água; zonas climáticas de baixa precipitação e umidade, predominando a aridez; reservatórios com baixo nível de reservação; rede de adutoras inexistente ou em estado de colapso; e sistema de abastecimento de água ineficiente, onde é necessário o uso de carros-pipa para complementar este serviço.

Cabe ressaltar, que quando se estabelece uma comparação entre o território do Polígono das Secas, e os níveis de vulnerabilidade ao colapso hídrico, no Rio Grande do Norte, há algumas peculiaridades que precisam ser evidenciadas. Com isso, surgem certas indagações, tais como: todos os municípios que fazem parte do Polígono das Secas estão altamente vulneráveis ao colapso hídrico? Quais municípios que não estão no Polígono das Secas que não apresentam segurança hídrica? Essas e outras questões devem ser analisadas territorialmente, ou seja, com base nos recortes espaciais gerados a partir da associação dessas duas informações (Polígono das Secas e Vulnerabilidade ao Colapso Hídrico).

A figura 3, mostra os municípios que não fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico (2015 a 2017).

Figura 3: Municípios que não fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico.



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017).

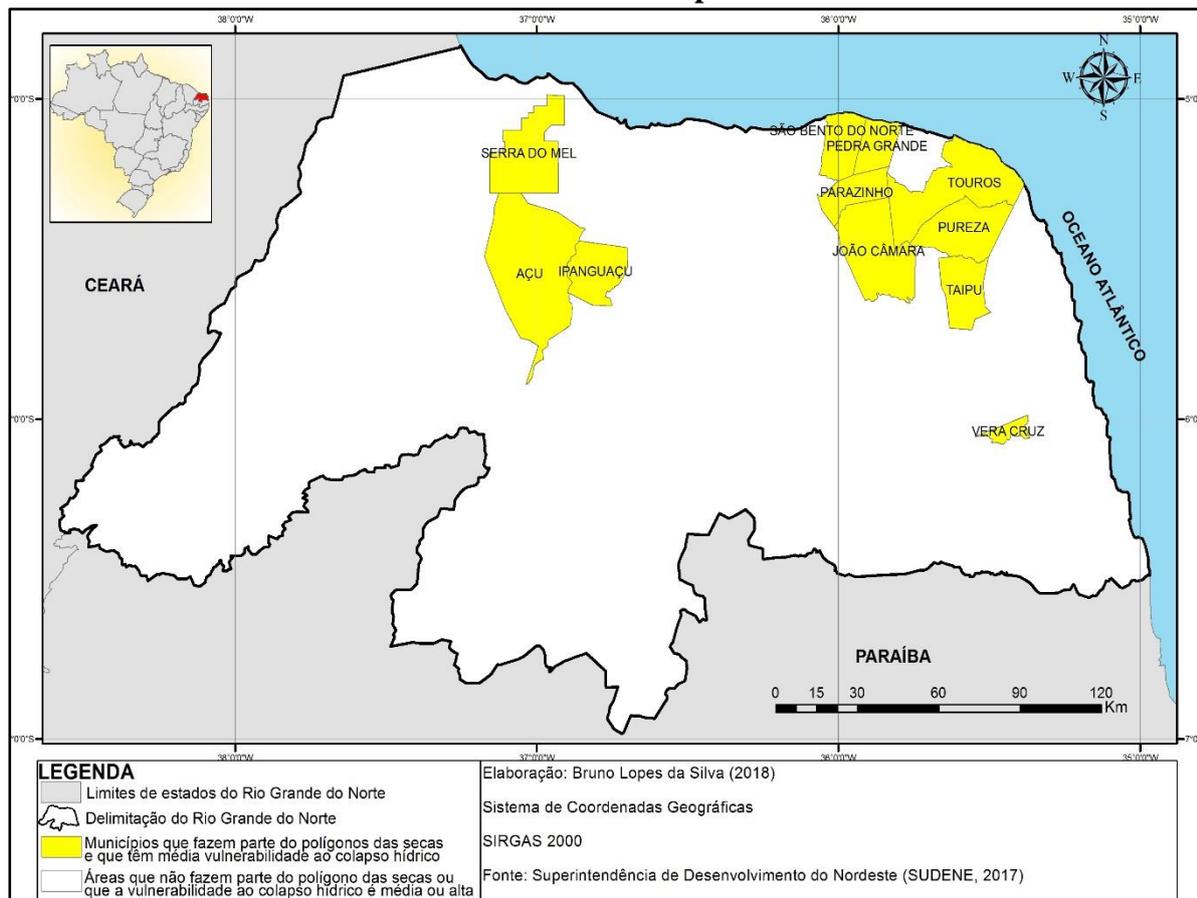
A partir da análise da figura 3, é possível perceber que apenas 9 municípios do Rio Grande do Norte, não fazem parte do Polígono das Secas e apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico. Os municípios de Maxaranguape, Extremoz, Parnamirim, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Vila Flor, Pedro Velho e Baía Formosa, incluem-se nessa categoria. Apesar de não estarem dentro do Polígono das Secas, que é um território onde predomina as condições de semiaridez, esses nove municípios apresentam uma vulnerabilidade ao colapso hídrico na casa dos 50%. Isso significa que a situação em que se encontra os recursos hídricos, nesses municípios já requer cuidados, podendo exigir, por exemplo, a necessidade de ampliação dos sistemas de abastecimento de água.

O fato de se localizarem no Litoral Leste do estado, indica que essa situação de média vulnerabilidade ao colapso hídrico não está diretamente relacionada à irregularidade dos níveis de precipitação, pois é nessa parte do território norte-rio-grandense onde chove em maior quantidade. Logo, esse estágio de vulnerabilidade ao colapso hídrico, deve ser explicado

considerando as características hídricas de cada município, ou seja, as suas singularidades com relação a disponibilidade e ao uso das águas, nas suas diversas fontes.

Por outro lado, há municípios que estão no Polígono das Secas e que apresentam também média vulnerabilidade ao colapso hídrico (2015 a 2017), tal como mostra a figura 4.

Figura 4: Municípios que fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico.



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017).

A figura 4, mostra os municípios que fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico, são eles: Serra do Mel, Açu, Ipanguaçu, São Bento do Norte, Pedra Grande, Parazinho, João Câmara, Touros, Pureza, Taipu, e Vera Cruz. O fato de estarem na área de abrangência do Polígono das Secas, presumiria que todos os municípios em questão viessem a apresentar uma alta vulnerabilidade ao colapso hídrico. Tal hipótese foi descartada, o que leva a crer que existem peculiaridades locais que tornam esses municípios menos vulneráveis ao colapso hídrico.

Em relação aos municípios de Serra do Mel, Açu, e Ipanguaçu, o que explicaria a sua média vulnerabilidade ao colapso hídrico, seria o fato da área onde estão localizados ser um

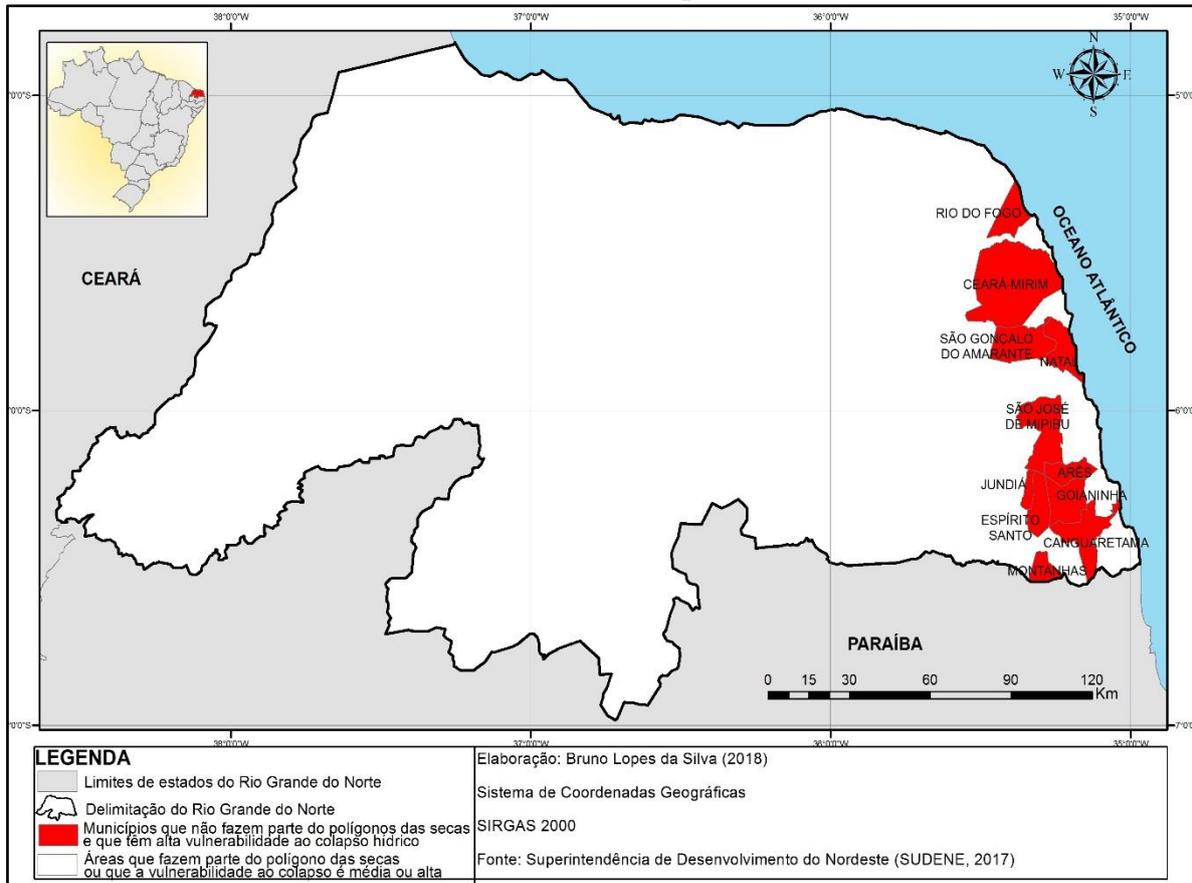
território de confluência de bacias hidrográficas e de reservatórios de grande porte, como barragens e açudes. A bacia hidrográfica do rio Piranhas/Açu abrange esses três municípios, sendo que, boa parte dessa rede fluvial abastece a barragem Armando Ribeiro Gonçalves (Açu e Ipanguaçu), o açude Mendobim (Açu), e o açude Pataxó (Ipanguaçu).

No caso dos municípios de São Bento do Norte, Pedra Grande, Parazinho, João Câmara, Touros, Pureza e Taipu, além de serem atendidos pelas águas das bacias hidrográficas dos rios Punau, Boqueirão, e Maxaranguape, e pelas faixas de escoamento difuso, na área onde estão situados, há um afloramento de águas subterrâneas que abastece várias localidades dessa região. Trata-se do afloramento de água que dá origem a bacia hidrográfica do rio Maxaranguape, no município de Pureza, caracterizada como sendo a principal fonte de água do estado (IDEMA, 2008).

Além desses municípios, Vera Cruz também apresenta média vulnerabilidade ao colapso hídrico. Uma das explicações mais plausíveis para isso é o fato deste município possuir uma bateria de poços tubulares que contabilizam mais de 100 pontos de captação de água. Inclusive, são nesses poços onde os carros-pipa da Operação Vertente realizam a captação de água para ser distribuída em diversos municípios do estado, principalmente os que se localizam nas proximidades de Vera Cruz (CPRM, 2005).

Constatou-se também nesse cenário, a existência de recortes territoriais municipais que não fazem parte do Polígono das secas, mas que possuem alta vulnerabilidade ao colapso hídrico (2015 a 2017). A figura 5, apresenta tais municípios.

Figura 5: Municípios que não fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico.



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017).

A análise da figura 5, permite identificar que os municípios de Rio do Fogo, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, Natal, São José de Mipibú, Jundiá, Arês, Goianinha, Espírito Santo, Goianinha, Canguaretama e Montanhas, mesmo não fazendo parte do Polígono das Secas, apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico. Pode-se analisar essa situação dividindo os municípios em duas categorias: os de maior dinâmica metropolitana, que são Natal e São Gonçalo do Amarante; e os de menor, que engloba os outros municípios citados anteriormente.

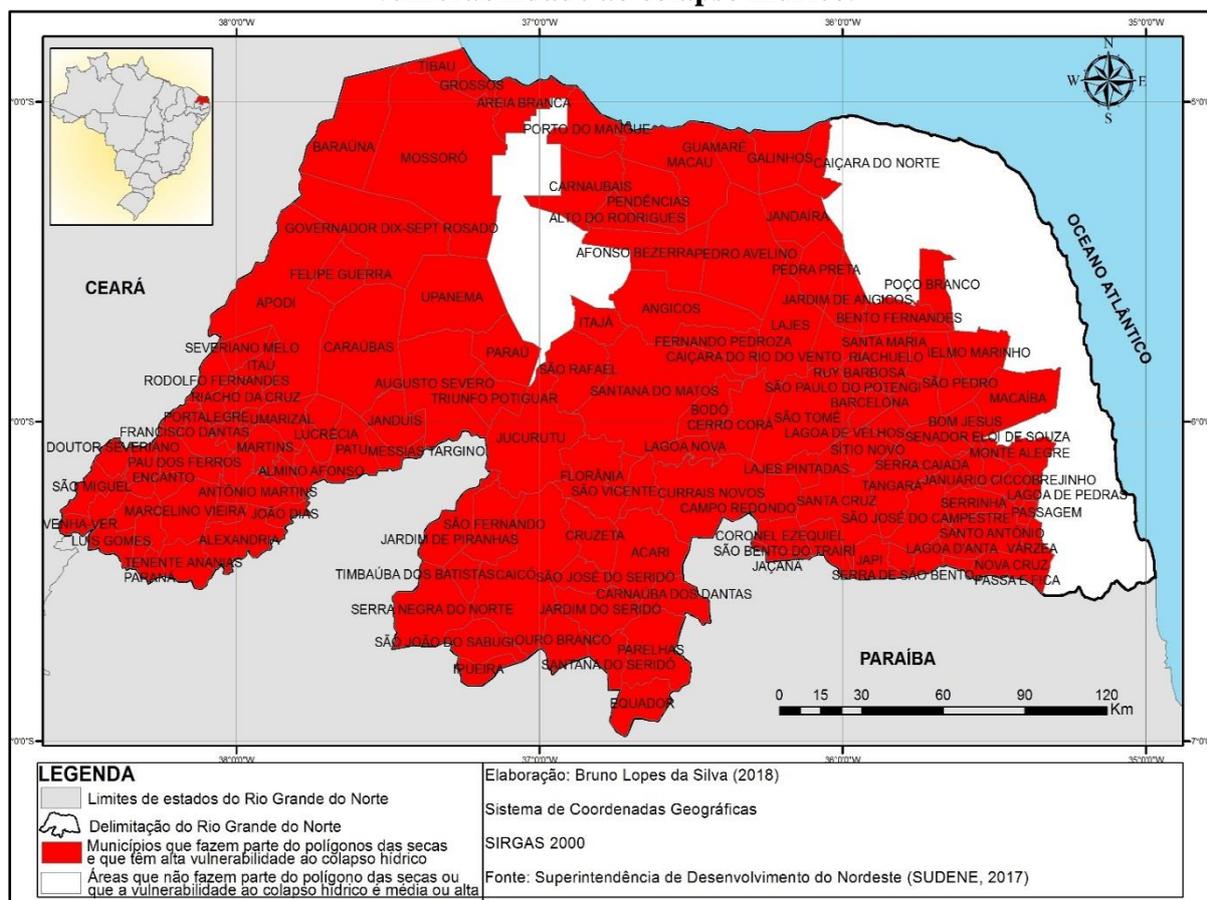
No caso de Natal e São Gonçalo do Amarante, por se tratarem de municípios de maior dinâmica metropolitana, o consumo de água tende a ser maior, tornando a demanda superior à oferta. Por conta disso, nesses municípios já urge a necessidade de ampliação do sistema produtor, o que os torna altamente vulneráveis ao colapso hídrico, exigindo assim a realização de investimentos em obras, como por exemplo a exploração de novos mananciais (ANA, 2016).

No caso dos municípios de menor dinâmica metropolitana, tais como Rio do Fogo, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, Natal, São José de Mipibú, Jundiá, Arês, Goianinha,

Espírito Santo, Goianinha, Canguaretama e Montanhas, a situação de alta vulnerabilidade ao colapso hídrico não necessariamente está relacionada a uma necessidade de ampliação do sistema produtor, mas sim de uma readequação dos sistemas de abastecimentos existentes. São municípios em que o problema da alta vulnerabilidade ao colapso hídrico pode ser resolvido sem a necessidade de grandes investimentos em obras, bastando apenas a adoção de medidas e normas para refuncionalizar e readequar a operação das estruturas existentes, como por exemplo, a integração das diferentes fontes de abastecimento municipais (ANA, 2016).

Há de se ressaltar também, que no contexto do Rio Grande do Norte, o que tem predominado, em termos quantitativos, são os municípios que fazem parte do Polígono das Secas, e que apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico (2015 a 2017), tal como mostra o mapa 6.

Figura 6: Municípios que fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico.



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017).

A figura 6, apresenta os municípios integrantes do Polígono das Secas que estão com alta vulnerabilidade ao colapso hídrico (2015 a 2017). Isso significa dizer que aliado ao déficit

hídrico decorrente das estiagens dos últimos anos, esses municípios apresentam também problemas relacionados ao funcionamento de seus sistemas de abastecimento de água. Nessa situação, encontram-se 147 dos municípios do Rio Grande do Norte, o que equivale a 88% do total, fato que tem preocupado o poder público, haja vista que muitos açudes e barragens que estão nessas áreas já apresentam sinais de esgotamento de sua capacidade total de reservação.

Esse recorte territorial, por abranger municípios que estão no Polígono das Secas e que apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico, se constitui em uma área de extrema necessidade de implementações de ações de contingenciamento, tendo em vista a segurança hídrica da população. Essa área seria caracterizada como prioridade em ações de planejamento e gestão dos recursos hídricos do estado. Por conta disso, nos últimos anos é justamente nesse recorte territorial onde tem se concentrado ações como a construção de adutoras e a utilização de carros-pipa com a finalidade de abastecimento humano.

Apesar de tais medidas, com o agravamento da estiagem, principalmente entre 2012 e 2017, a situação da segurança hídrica tem se agravado gradativamente, pois o nível dos reservatórios superficiais tem baixado anualmente, o que tem resultado na mudança constante dos locais de captação de água. Isso significa dizer que nesses municípios a situação de colapso hídrico já se tornou uma realidade comum, o que tem exigido da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte a realização de rodízios semanais no abastecimento das localidades identificadas na figura 6.

Dessa forma, o que se conclui nessas análises que envolvem o Polígono das Secas e Colapso hídrico, no Rio Grande do Norte, é que há a identificação de diferentes cenários territoriais, a partir da articulação desses dois processos. Percebeu-se a existência de quatro recortes territoriais, cada qual com conteúdos e funcionalidades distintas, no que se refere a seca e aos recursos hídricos, o que exige ações de planejamento territorial específicas, para os municípios que se encontram em cada uma dessas áreas.

5. Considerações Finais

O fato de abranger boa parte do território do Rio Grande do Norte, fez do Polígono das Secas, um aspecto a ser considerado na análise das condições de vulnerabilidade ao colapso hídrico. Os reflexos dessa relação entre Polígono das Secas e vulnerabilidade ao colapso hídrico, foi a identificação de quadro recortes territoriais específicos para o planejamento dos recursos hídricos.

Os recortes territoriais obtidos foram os seguintes: 1) municípios que não fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico; 2) municípios que fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam média vulnerabilidade ao colapso hídrico; 3) municípios que não fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico; e 4) municípios que fazem parte do Polígono das Secas e que apresentam alta vulnerabilidade ao colapso hídrico.

A partir desses recortes pôde-se estabelecer espacialmente relações entre Polígono das Secas e vulnerabilidade ao colapso hídrico no Rio Grande do Norte.

Constatou-se também como tendência o fato da maioria dos municípios do Rio Grande do Norte estar no Polígono das Secas e apresentar alta vulnerabilidade ao colapso hídrico. Esse seria o recorte espacial que receberia maior atenção, em termos de gestão dos recursos hídricos, pelo fato de agregar o maior número de municípios, exigindo ações em escala macro. Já os outros recortes, por agregar uma menor quantidade de municípios, demandaria ações em uma escala micro.

Assim, pensar o Polígono das Secas e a vulnerabilidade ao colapso hídrico no contexto do Rio Grande do Norte exigiu uma análise espacial considerando-se os diversos elementos naturais e técnicos dispostos sobre o território, suas potencialidades e fragilidades a partir de suas funcionalidades.

6. Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Conjuntura dos Recursos Hídricos**: informe 2016. Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2016.

BASTOS, Carlos; DUARTE, Antônio; BENTES, Isabel, *et al.* Teoria da vulnerabilidade de redes hidráulicas de Abastecimento de água (TVRHAA). **IX SILUSBA (Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa)**. Benguela/Angola, Out. de 2009.

CARVALHO, Otamar de. A seca e seus impactos. In.: **A questão da água no Nordeste**. Agência Nacional de Águas. Brasília, DF: Agência Nacional de Águas. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. BRASIL, 2012.

CUNHA, José Marcos Pinto da; JAKOB, Albero A.E.; HOGAN, Daniel Joseph; *et al.* A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. **Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)** realizado em Caxambú/MG – Brasil, de 20- 24 de Set. de 2004.

DEPARTAMENTO DE NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS). **Fichas técnicas dos reservatórios:** Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_estado.php?sigla_estado=RN> Acesso em: 17 de Out. de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (GOVRN). Portal do governo do RN – Operação Vertente. Disponível em: < <http://www.rn.gov.br> > Acesso em: 2 de Dez. 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). **Perfil do seu município 2008**. Natal: IDEMA, 2008.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). **Anuário estatístico 2015**. Natal: IDEMA, 2015.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MIN). **Relatório final:** grupo de trabalho interministerial para redelimitação do semiárido nordestino e do Polígono das Secas. Grupo de trabalho interministerial: Brasília, 2005.

MONTENEGRO, Abelardo A. A.; MONTENEGRO, Suzana M. G. L. **Olhares sobre as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido**. In.: GHEYI, Hans Raj; PAZ, Vital Pedro da Silva; MEDEIROS, Salomão de Sousa; et al. (editores). Recursos hídricos em regiões semiáridas. Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Estudos avançados**. Vol.11 Num. 29. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE (SEMARH). **Situação volumétrica de Reservatórios do RN**. Disponível em: < www.sistemas.searh.rn.gov.br/monitoramentovolumetrico > Acesso em: 21 de ago. de 2017.

SERVIÇO GEOLÓGICO BRASILEIRO (CPRM). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Vera Cruz, estado do Rio Grande do Norte**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). Delimitação do semiárido: Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/planejamento-regional/delimitacao-do-semiarido>> Acesso em: 31 Jan. 2018.

**REFLEXÕES SOBRE AS FUNÇÕES DA ESCOLA E O TRABALHO DO
PROFESSOR A LUZ DA TEORIA DE ANTONIO NÓVOA**

*REFLECTIONS ON THE FUNCTIONS OF THE SCHOOL AND THE WORK OF THE
TEACHER FROM THE THEORY OF ANTONIO NÓVOA*

*REFLEXIONES SOBRE LAS FUNCIONES DE LA ESCUELA Y EL TRABAJO DEL
PROFESOR A PARTIR DE LA TEORÍA DE ANTONIO NÓVOA*

Carolina Machado Rocha Busch Pereira¹
Universidade Federal do Tocantins

Marciléia Oliveira Bispo²
Universidade Federal do Tocantins

Artemiza Ferreira Soares Miranda³
Universidade Federal do Tocantins

¹ Professora Adjunta do curso de licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT/Campus de Porto Nacional. E-mail: carolinamachado@uft.edu.br

² Professora Adjunta do curso de licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT/Campus de Porto Nacional. E-mail: marcileia@uft.edu.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT/Campus de Porto Nacional. E-mail: artemizaporto@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho é um ensaio teórico construído a partir de atividades realizadas na disciplina Formação de Professores para Educação Geográfica, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins e do texto “Desafios do Trabalho do Professor no Mundo Contemporâneo” de autoria do professor António Nóvoa. Se objetiva a refletir e compreender os desafios do trabalho do professor e as funções da escola na atualidade, enquanto estratégia pedagógica que possibilita uma formação diferenciada na educação.

Palavras-chave: Educação geográfica. Formação docente inicial. Escola.

Abstract

The present work is a theoretical essay built from activities carried out in the discipline Teacher Education for Geographical Education, in the Postgraduate Program in Geography of the Universidade Federal do Tocantins and the paper “Desafios do Trabalho do Professor no Mundo Contemporâneo” authored by Professor António Nóvoa. It aims to reflect and understand the challenges of teacher work and school functions today, as a pedagogical strategy that enables a differentiated education in education.

Keywords: Geographical education. Teacher training. School.

Resumen

El presente trabajo es un ensayo teórico construido a partir de actividades realizadas en la disciplina Formación de Profesores para Educación Geográfica, en el Programa de Postgrado en Geografía de la Universidade Federal de Tocantins y del texto “Desafios do Trabalho do Professor no Mundo Contemporâneo” de autoría del profesor António Nóvoa. Se objetiva a reflexionar y comprender los desafios del trabajo del profesor y las funciones de la escuela en la actualidad, como estrategia pedagógica que possibilita una formación diferenciada en la educación.

Palabras clave: Educación geográfica. Formación docente inicial. Escuela.

1. Introdução

O presente texto é um ensaio teórico, construído a partir de atividades realizadas na disciplina Formação de Professores para Educação Geográfica do Programa de Pós-graduação em Geografia a luz da reflexão teórica de Nóvoa (2007) sobre os “Desafios do Trabalho do Professor no Mundo Contemporâneo” e outros autores que contribuem para a reflexão sobre as condições da formação docente inicial.

Nóvoa (2007) ao refletir sobre os desafios da formação de professores apresenta dois impasses, que segundo ele, é comum a todos os que atuam no campo da Educação: a crise de identidade da escola e os efeitos disso na concepção e na prática da nossa atividade profissional.

Falar sobre o trabalho do Professor é prazeroso e desafiador. A docência é uma atividade de grande relevância social, sobretudo frente ao reconhecimento de seu papel estratégico no sentido de contribuir com o desenvolvimento social e econômico do país. O investimento na formação de professores garantiu êxito a países como a Finlândia (BASTOS, 2017).

Muitos fatores têm contribuído para o sucesso do modelo educacional da Finlândia, mas qualquer pesquisa empreendida com o mínimo nível de aprofundamento bibliográfico-empírico revelará que, desses fatores, um supera todos os demais em importância para a consistência e a sustentabilidade do sistema: a excelência de seus professores (BASTOS, 2017, p. 808).

Embora os desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo devam ser considerados estratégicos, Castrogiovanni (2000) afirma que a escola não se manifesta atraente frente ao mundo contemporâneo, pois não dá conta de explicar e contextualizar as novas leituras de vida. Pois a vida fora da escola é cheia de mistérios, emoções, desejos e fantasias, como tendem a ser as ciências e a escola parece ser homogênea, transparente e sem brilho no que se refere a tais características. Essas considerações colocam outras questões como teorizar a vida, para que o aluno possa compreendê-la e representá-la melhor e, assim, viver em busca de seus interesses (CASTROGIOVANNI, 2000).

Nóvoa (2007) aborda três dilemas que devem ser questões norteadoras da reflexão sobre a formação docente inicial: a escola deve ser centrada no aluno ou na aprendizagem? A Escola tem que ser vista como comunidade ou como sociedade? E por último a escola é vista como serviço ou como instituição?

Nóvoa (2007), Castrogiovanni (2000) e Cavalcanti (2006) afirmam que a ação docente acontece em diferentes momentos da vida, enquanto pessoa, profissional e ator social,

compreendendo experiências pessoais, profissionais e sociais, dentro e fora dos ambientes próprios da formação, nos espaços escolares, no trabalho e nas demais instâncias de convivência e interação social.

Convém destacar que a formação do professor se constitui um elemento primordial para a construção e reconstrução dos conhecimentos geográficos e seus significados sociais. Portanto, não basta ao professor ter domínio da matéria (conteúdos), torna-se necessário que o docente tenha a capacidade de pensar criticamente, desvendar os processos que permeiam a realidade social e que se coloque como sujeito transformador desta realidade.

Desta forma, o presente ensaio tem o objetivo de refletir e compreender os desafios do trabalho do professor na escola, enquanto estratégia pedagógica que possibilita uma formação diferenciada para uma educação comprometida com a equidade, a justiça social, a emancipação e a autonomia.

2. O trabalho do professor e as teorias de aprendizagem e desenvolvimento

Retomando a questão central do pensamento do Nóvoa (2007) que são os dilemas da formação docente, o primeiro dilema questiona: *a escola é centrada no aluno ou na aprendizagem?* Onde o autor defende a ideia de que a escola deve estar centrada na aprendizagem dos alunos, pois a aprendizagem implica uma pessoa, um aluno concreto, implica o seu desenvolvimento, o seu bem-estar. Mas uma coisa é dizer que nosso objetivo está centrado no aluno e outra coisa na aprendizagem do aluno. E definirmos isso como nossa prioridade no trabalho dentro das escolas. Nóvoa (2007) defende mais: o conceito de escola e o conceito de espaço público da educação. Esses conceitos estão neste momento confundidos. A educação é feita na escola, formal e informal, a educação escolar e não-escolar, as atividades livres, lúdicas, tempos livres. Ao defender uma escola centrada na aprendizagem, Nóvoa (2007) defende uma escola menos “transbordante”, mais direcionada e que permita o espaço público da educação respirar. Para Nóvoa (2007) uma escola centrada na aprendizagem é aquela que o professor dá melhor atenção aos resultados dos alunos. Por fim, uma escola focada na aprendizagem deve ser um local onde as crianças aprendem a estudar, aprendem a trabalhar.

A aprendizagem centrada no aluno baseia-se em uma complexa percepção do aluno em vários aspectos de sua vida na formação de sua personalidade, com isto fica evidente de que maneira este indivíduo absorve conhecimento e também o porquê de determinadas dificuldades

de aprendizado. Em outras palavras, o aprendiz é induzido ao aprender a aprender. (DELORS, 2001)

Sforni (2008) em reflexão sobre o papel da mediação da teoria de aprendizagem e desenvolvimento relembra que

(...) a teoria vygotkiana, fundamentada no materialismo histórico, paradoxalmente, parece se ajustar às novas demandas de formação presentes na pauta neoliberal para a educação expressa nos quatro pilares da educação de Jacques Delors. Há também afirmações de que a mediação é um conceito importante, pois valorizou o professor e superou a visão advinda da concepção de aprendizagem espontaneista, na qual os alunos deveriam construir seu próprio conhecimento e ao professor cabia apenas acompanhar o processo. Nesse contexto, de ausência de foco na atividade de ensino, a afirmação do papel do professor como mediador no processo de aprendizagem do estudante é bem-vinda à medida que resgata o seu valor social como profissional (SFORNI, 2008, p. 87).

A valorização do professor e o debate sobre as teorias de aprendizagem reforçam a necessidade de primar pelo conhecimento sistematizado compreendendo que a valorização do professor como aquele que domina o saber e os meios de torná-lo acessível ao estudante, é tão fundamental como o saber em si. Ao evidenciar o domínio dos conhecimentos na atividade de ensino, ou seja, no efetivo exercício desse tipo de mediação é que se justifica a valorização profissional do professor.

3. Comunidade ou Sociedade: qual o sentido da escola?

O segundo dilema apontando por Nóvoa (2007) é se a *escola deve ser compreendida como comunidade ou como sociedade?* Nóvoa (2007) expõe que a palavra comunidade é difícil, porque é de um enorme equívoco, é vista para muitas coisas e utilizadas de modos diferentes. É uma palavra que tem um conceito essencialmente positivo junto aos educadores. O autor defende a ideia de uma escola muito mais como sociedade do que [como] comunidade. Uma sociedade prima pela pluralidade, pela diferença e pelo respeito. Um organismo com diferenças, mas com consensos, e acima de tudo com regras. Só se pode viver em sociedade com regras. Em comunidades, no limite, é possível viver sem regras, a partir de tradições, ligações simbólicas. A escola tem que dar a esses jovens mais sociedade, mais regras de vida

em comum, mais regras do diálogo, de vida em sociedade. A escola deve ser mais crítica a essa comunitarização. Isso se faz com a escola como sociedade e não como comunidade.

Segundo Negrini (2004) Paulo Freire instiga que os educadores participem dos espaços potenciais da escola, contribuindo efetivamente para a democratização das relações e para o empoderamento da escola e dos atores escolares na tarefa educativa. Neste sentido a escola deve se constituir

num espaço acolhedor, multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate (NEGRINI, 2004, p. 10).

A escola enquanto instituição deve formar sujeitos que possam inserir-se na sociedade de modo a modificá-la positivamente. Se é para a sociedade que a escola forma o indivíduo, logo conclui-se que ambos, ambiente escolar e meio social devam manter uma relação de reciprocidade para o bom andamento da educação. Por isso tem-se a percepção de que há a necessidade de uma mútua colaboração entre a esfera social e a dimensão escolar, principalmente, em relação ao meio externo do local a que as unidades de educação pertencem.

O ato de educar exige práticas próprias das relações humanas, pois no cotidiano escolar lidamos com sujeitos de diferentes formas de agir, influenciados por diversos fatores (habitação, crenças, classe social, ambiente familiar, entre outros), por isso é importante que o espaço escolar seja um lugar onde predomine a prática democrática, que em sua abrangência, abarca o respeito às diferenças, a consciência ética, a ocorrência da participação e o incentivo da mesma etc.

Uma escola construída e administrada pela ideia de comunidade orienta-se pelo princípio da homogeneidade e ao fim e ao cabo pela exclusão.

A participação efetiva no processo do planejamento é de fundamental importância, a partir dos momentos em que se concebem os instrumentos e métodos eficazes consegue-se chegar aos resultados desejados sem ultrapassar limites e efetivando o caráter democrático da gestão, tendo em vista sempre buscar os melhores meios de promover uma educação que contemple a maior integração da escola com o meio comunitário e tornado a escola um espaço democrático em seu fazer pedagógico e em todas as suas instâncias, levando em consideração atores internos e externos à instituição.

4. Para que e a quem serve a escola?

O terceiro dilema apresentado por Nóvoa (2007) é: *a escola como serviço ou como instituição?* Segundo o autor grande parte dos debates e das políticas educativas hoje tende a ver a escola como um serviço que se presta às famílias, as sociedades em geral e principalmente às crianças. Não se trata de uma instituição sem a função serviço. Vivemos na contemporaneidade uma escola que firma pelo propósito de atender a demandas sociais que em grande medida se distanciam da própria função da escola.

A relação entre a escola e a família é sobretudo nos dias de hoje, uma das questões mais discutidas por pesquisadores e ou gestores dos sistemas de ensino em quase todo o mundo. Este fato é evidenciado, por um lado, pelo expressivo número de pesquisas e publicações especializadas sobre o assunto, e, por outro, pela preocupação manifestada nos mais diversos fóruns de reuniões escolares, a fóruns nacionais e internacionais pelos profissionais responsáveis por gerir simples unidades escolares ou complexos sistemas nacionais de ensino.

A base do dilema entre a escola e a sociedade em geral é a mudança de perspectiva que o projeto neoliberal e privatista impôs às escolas e aos poucos tornaram-nas prestações de serviços. Quem presta serviço é comércio, que tem projeto de formação amparado em teorias de aprendizagem é Instituição de Ensino.

Segundo Nóvoa (2007, p. 17) “é preciso recusar todas as tendências que apontam a escola como um serviço e afirmá-la como uma instituição”.

A escola deve ser uma instituição na qual o professor possa ser formador e mediador do conhecimento sem esquecer a necessidade de motivar e potencializar os alunos em suas competências. Para tanto, é fundamental o investimento na formação continuada do professor, bem como de todo o sistema educativo.

Entre uma escola prestadora de serviço e uma instituição de ensino, o que ao longo dos anos tem se acumulando no Brasil é um padrão forjado de escola pública e democrática.

Segundo Coimbra (1989, p. 15) no Brasil

a Escola que se coloca aberta a todos, que é vista como democrática, e trata a todos da mesma forma, não tem responsabilidade pelos fracassos escolares. O grande número de repetências e evasões passa a ser explicado como responsabilidade dos alunos e suas famílias. Se não conseguem aprender é porque são inferiores, mal alimentados, carentes material e emocionalmente. Com isso, a Escola inculca outro mito, o da inferioridade e marginalidade desses alunos que, de um modo geral, pertencem às classes populares. Ou seja, passa a ser natural os filhos da classe trabalhadora não aprenderem, pois são inferiores. Escamoteiam-se, assim, todas as práticas de exclusão existentes no interior da Escola, que selecionam e são responsáveis pela divisão: bons e maus alunos. De um lado, temos uma minoria que vai continuar os estudos e alcançar a Universidade; de outro, uma maioria que, se não sair da Escola, vai

seguir cursos mais curtos e menos valorizados socialmente. Esta separação, afirma a Escola, é feita segundo critérios exclusivamente pedagógicos. Os "melhores", os mais inteligentes e os estudiosos obtêm os melhores resultados. Entretanto, percebemos que tais resultados estão estreitamente ligados à origem de classe desses alunos. São os oriundos das classes média e alta, os considerados "melhores". Assim, a Escola, em seu interior, reproduz e fortalece a divisão de classes que existe em nossa sociedade. Com isso, cai o mito da Escola democrática e aberta a todos.

As escolas públicas com o passar dos anos e diante dos rendimentos insatisfatórios foram tendo seus projetos alterados e a perspectiva de Instituição de ensino foi sendo desestruturada.

A educação tem como função promover estratégias que efetivem a formação do cidadão e, conseqüentemente, a prática da cidadania. Quando ela não está atingindo este objetivo, precisa refletir e repensar determinadas práticas e atitudes.

Segundo Nóvoa (2007)

Depois de ter feito muitos estudos sobre vários países em todo mundo, percebo que há uma tendência terrível: escolas para os meninos ricos centradas na aprendizagem e escolas para os meninos pobres centradas em tarefas sociais e assistenciais. Essa divisão, que tem aumentado nos últimos anos, configura a possibilidade de duas escolas diferentes para dois mundos sociais diferentes. Aceitar isso seria, definitivamente, o fim do programa histórico da escola pública, o fim de tudo aquilo que tentamos construir nos últimos 150 anos. Se não formos capazes de reverter esse ciclo, prestaremos o pior serviço possível às causas da inclusão e às causas dos mais desfavorecidos.

O que a sociedade admite como conhecimento vem a ser coextensivo com o cognoscível. O conhecimento aprendido e compartilhado no processo de aprendizagem serve de mediação para consciência individual e coletiva das estruturas do mundo social. O conhecimento desempenha função vital na dialética fundamental da sociedade e não pode ser negligenciada de determinadas classes em nome de projetos sociais. A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades.

5. A educação geográfica e os desafios da formação docente

A construção da identidade do professor são as representações das diferenças do sujeito; são as suas marcas/sinais e a valorização de tais singularidades. Em outras palavras, a construção da identidade é a tomada de consciência de que eu sou diferente e por ser diferente é que existo e possuo valor social (CASTROGIOVANNI, 2000).

Essa reflexão contribui para compreender a Geografia como uma disciplina de caráter estratégico na qual, a construção da aprendizagem é fundamentada na consideração da realidade vivenciada do cotidiano para se buscar diversos questionamentos, que levem o professor a realizar de forma adequada as explicações no interior de uma sala de aula. Cavalcanti aponta alguns questionamentos que são levantados para uma aprendizagem mais significativa, como:

O que é a Geografia escolar na atualidade? Como ela se realiza? Como o professor a constrói? Quais os desafios da prática do ensino da Geografia? Quem são os alunos da Geografia? Como são esses alunos? Como praticam a Geografia do dia-a-dia? Como aprendem Geografia na escola? Que significados têm para os alunos aprender Geografia? Que dificuldades eles têm para aprender os conteúdos trabalhados nessa disciplina? (CAVALCANTI, 2006, p. 66).

Atualmente, a ocorrência de dificuldades está relacionada à maneira como são conduzidas as didáticas e metodologias utilizadas na Geografia escolar. Embora haja situações difíceis enfrentadas pelos professores, por exemplo, a baixa remuneração, a formação inicial fragmentada em cursos com projetos de currículos ainda muito próximos da formação do bacharel, o excesso de carga horária de trabalho, além do problema da indisciplina e a ausência da família na tarefa de educar, ainda assim o professor deve buscar alternativas para superar e transformar a realidade em que está inserido. A formação continuada deve ser uma pauta de reivindicação permanente dos professores, uma vez que oportuniza espaços de aprendizagem e reflexão sobre a área de ensino, a formação específica e a atualização didático-pedagógica.

Nóvoa (2007) afirma que há um paradoxo entre o excesso das missões da escola, e o excesso de pedidos que a sociedade nos faz; há um paradoxo quanto à glorificação da sociedade do conhecimento em contraste com o desprestígio com que são tratados os professores. E por fim há um paradoxo entre a retórica do professor reflexivo e, ao mesmo tempo, a inexistência de condições de trabalho concretas.

Diante disso, Nóvoa (2007) afirma que os desafios para o futuro é melhorar a organização da profissão, já que a mesma tem um déficit grande de organização no interior das escolas. Segundo o autor é necessário propor uma formação mais centrada nas práticas e na análise das práticas, pois a formação do professor é, por vezes, excessivamente teórica, outras vezes excessivamente metodológica, mas há um déficit de práticas, de refletir sobre as práticas, de trabalhar sobre as práticas, de saber como fazer; e por último é a credibilidade da profissão, que está ligada a avaliação e prestação de contas do trabalho profissional.

Enfim, precisamos de uma escola que se reorganize como corpo vivente dentro do sistema social-planetário em que está inserida. Uma escola engajada como parte e como todo, sendo gerada e

geradora, inspirada e inspiradora, cativante e cativadora, dos olhares e atenções, respeitada e respeitadora (SUANNO, 2017).

Desse modo, o professor no processo de ensino e aprendizagem constitui um importante meio para o desenvolvimento da aprendizagem do estudante, no desenvolvimento de suas capacidades para a leitura, na compreensão e na participação ativa nos estudos.

De tal modo, que pelo ensino de Geografia pode-se desenvolver a capacidade dos alunos participarem do contexto sócio-espacial a partir da análise geográfica, da compreensão do particular, das vivências e das suas diferentes interpretações de mundo. Acreditamos que, para isso, os professores, nas aulas de Geografia, possam desenvolver competências e as habilidades que provêm essa compreensão. Assim, as práticas em sala de aula devem propor a articulação entre os conceitos geográficos, por meio de atividades problematizadas e com o uso de metodologias ativas.

6. Considerações finais

Segundo Nóvoa (2007) a escola deve ser pensada como Instituição formadora para aprendizagem para superação das desigualdades e para a promoção da justiça social. A tarefa de transformar a escola que temos na atualidade para a escola que julgamos necessária para a sociedade, é desafiadora.

Segundo Coimbra (1989) a escola apesar de ser uma instituição fortemente articulada com o Estado, cabe em seu interior espaços de lutas e resistências onde acontecem e as contradições onde são possíveis as transformações.

Atualmente, a participação da comunidade nas ações da escola tornou-se algo necessário e relevante para os desafios que se impõe cada dia mais para a escola e esta aproximação reflete várias dimensões acerca do que ocorre fora de seus muros, dessa forma não há como não haver uma relação entre as instituições educacionais e a comunidade onde as mesmas estão inseridas. Diferentemente do passado, onde a escola se fazia autônoma no que diz respeito aos processos educacionais, hoje em dia fica difícil conduzir as práticas pedagógicas sem o apoio e a participação de todos que formam um meio social específico. Entretanto a participação da comunidade, deve ser vista como fortalecimento da Instituição, como mais um elemento de integração. A escola pública democrática e participativa deve cada dia mais reafirmar seu papel de Instituição a serviço da sociedade para formar cidadãos aptos a convivência com as adversidades do mundo.

É função da educação fornecer meios significativos que levem ao melhoramento social e em contrapartida efetive seu papel como instituição de educação. Porém isso só acontecerá de fato se a gestão escolar trabalhar de forma democrática, buscando a integração com a comunidade e levando em consideração todos os aspectos que o meio comunitário possa vir a demonstrar para que se chegue a uma educação que reflita positivamente os benefícios dessa integração.

7. Referências

BASTOS, Remo Moreira Brito. O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. **Revista Brasileira de Educação**. v. 22, n. 70, p. 802-825, jul.-set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n70/1809-449X-rbedu-22-70-00802.pdf>> Acesso em 01 de abr. de 2018.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino e Geografia: práticas e textualização no cotidiano** Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 11-81.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensino de Geografia e Diversidade**: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. São Paulo: Contexto, 2006.

COIMBRA, Cecília Maria B. As funções da instituição escolar: análise e reflexões. **Revista Psicologia científica**. vol. 9 no. 3. Brasília, DF, 1989. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931989000300006>> Acesso em 01 de abr. de 2017.

DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da comissão internacional sobre a educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DEF: MEC: UNESCO. 2001.

NEGRINI, Sandra. Conselhos de Escola: comunidade participativa. **Educação em foco**. Juiz de Fora. vol. 9, n. 1/2, p. 63-84, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/>> Acesso em: 01 de abr. de 2017.

NÓVOA, António. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. Sindicato dos professores de São Paulo. São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf> Acesso em: 01 de abr. de 2017.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. Aprendizagem e desenvolvimento: o papel da mediação. In: CAPELLINI, V. L. F.; MANZONI, R. M. (Org.). **Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem**: diferentes olhares sobre o processo educacional. Bauru: UNESP/FC; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

SUANNO, João Henrique. Por que uma escola criativa? **Revista Polyphonia**. Vol. 27, número 01, jan-jun, 2016. p. 81-97. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sv/issue/view/1785/showToc>> Acesso em: 01 de abr. de 2017.

EDUCAÇÃO, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

EDUCATION, TERRITORIALITIES AND SOCIAL MOVEMENTS: AN ANALYSIS OF THE EDUCATIONAL DIMENSION OF SOCIAL MOVEMENTS

EDUCACIÓN, TERRITORIALIDADES Y MOVIMIENTOS SOCIALES: UN ANÁLISIS DE LA DIMENSIÓN EDUCATIVA DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES

Alexandre Peixoto Faria Nogueira¹
Universidade Federal do Maranhão

Francisco Kennedy Silva dos Santos²
Universidade Federal de Pernambuco

¹ Professor Doutor da Universidade Federal do Maranhão - Campus Imperatriz. E-mail: alexandrepf@gmail.com

² Professor Doutor do Departamento de Ciências Geográficas e da Pós-Graduação em Geografia da UFPE. E-mail: kennedyufpe@gmail.com

Resumo

Este artigo constitui um recorte de uma pesquisa de investigação que procurou analisar a dimensão educativa dos movimentos sociais, a partir da materialidade escolar, no processo de conquista e reprodução dos territórios do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tratamos de dois sujeitos históricos do campo latino-americanos, o *camponês*, militantes do MST e o *indígena*, a base social do EZLN. Para se entender essa dinâmica, recorreremos a alguns elementos teórico-conceituais que, de acordo com nossa opção de método analítico, nos fazem compreender toda processualidade histórica da luta e resistência dos movimentos sociais na América Latina. Ao estudar a importância da dimensão educativa e, em especial, a escola na luta e fortalecimento dos territórios 'conquistados' pelos movimentos sociais em questão, temos a necessidade de entender quais são esses sujeitos que constroem territórios a partir dos conflitos sociais. Ao analisar o processo da educação percebe-se que ela só pode ser feita por meio da noção de totalidade. O indivíduo se apresenta como um todo onde vários fatores interagem. Além do indivíduo com tal, há ainda a totalidade formada por ele com seu meio.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Educação. Territorialidade.

Abstract

This article constitutes a research research that sought to analyze the educational dimension of the social movements, from the school materiality, in the process of conquest and reproduction of the territories of the Zapatista National Liberation Army (EZLN) and the Movement of the Rural Workers Without Earth (MST). We deal with two historical subjects of the Latin American field, the peasant, militants of the MST and the indigenous, the social base of the EZLN. In order to understand this dynamic, we have recourse to some theoretical-conceptual elements that, according to our choice of analytical method, make us understand all historical processuality of the struggle and resistance of social movements in Latin America. In studying the importance of the educational dimension and especially the school in the struggle and strengthening of the territories 'conquered' by the social movements in question, we have to understand which are these subjects that build territories from the social conflicts. In analyzing the process of education one realizes that it can only be done through the notion of totality. The individual presents as a whole where several factors interact. Besides the individual with such, there is still the totality formed by him with his means.

Keywords: Social Movements. Education. Territoriality.

Resumen

Este artículo constituye un recorte de una investigación de investigación que buscó analizar la dimensión educativa de los movimientos sociales, a partir de la materialidad escolar, en el proceso de conquista y reproducción de los territorios del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) y del Movimiento de los Trabajadores Rurales Tierra (MST). Tratamos de dos sujetos históricos del campo latinoamericanos, el campesino, militantes del MST y el indígena, la base social del EZLN. Para entender esta dinámica, recurrimos a algunos elementos teórico-conceptuales que, de acuerdo con nuestra opción de método analítico, nos hacen comprender toda procedencia histórica de la lucha y resistencia de los movimientos sociales en América Latina. Al estudiar la importancia de la dimensión educativa y, en especial, la escuela en la lucha y fortalecimiento de los territorios 'conquistados' por los movimientos sociales en cuestión, tenemos la necesidad de entender cuáles son esos sujetos que construyen territorios a partir de los conflictos sociales. Al analizar el proceso de la educación se percibe que ella sólo puede ser hecha por medio de la noción de totalidad. El individuo se presenta como un todo donde varios factores interactúan. Además del individuo con tal, hay todavía la totalidad formada por él con su medio.

Palabras clave: Movimientos Sociales. Educación. Territorialidad.

1. Introdução

Nesse momento da história em que, aparentemente, o desenvolvimento das relações sociais capitalistas caminha no sentido da mundialização, estudar a luta dos movimentos sociais na América Latina e suas práticas de resistência em seus territórios conquistados, poderia ser considerado um contrassenso, um anacronismo. No entanto, estudar essas práticas de luta sob o prisma da Geografia é analisá-las segundo a dimensão espacial dos fenômenos, em sua territorialidade.

Este artigo constitui um recorte de uma pesquisa de investigação que procurou analisar a dimensão educativa dos movimentos sociais, a partir da materialidade escolar, no processo de conquista e reprodução dos territórios do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ao estudar a importância da dimensão educativa e, em especial, a escola na luta e fortalecimento dos territórios ‘conquistados’ pelos movimentos sociais em questão, temos a necessidade de entender quais são esses sujeitos que constroem territórios a partir dos conflitos sociais.

A educação será tratada nessa pesquisa como uma prática social, uma determinada atividade humana, que se desenvolve em um determinado momento histórico, com características próprias. Refletirá então suas concepções de vida, seus ideais, objetivos, ideologias. A educação, com prática, variará em função das concepções de vida, que por sua vez, resultam de tomadas de posição conscientes no plano religioso, filosófico e científico, marcadas, influenciadas pela interferência das produções do imaginário social, ou seja, das ideologias. Assim, é perfeitamente admissível que as diferentes camadas e grupos sociais, apresentem pensamentos diferentes sobre o que transmitir ou promover aos educandos. Qualquer programa, método ou conteúdo de trabalho proposto por qualquer teoria da educação reflete seus critérios de valor e seus objetivos.

Ao analisar o processo da educação percebe-se que ela só pode ser feita por meio da noção de totalidade. O indivíduo se apresenta como um todo onde vários fatores interagem. Além do indivíduo com tal, há ainda a totalidade formada por ele com seu meio. O indivíduo assim considerado pode se apresentar como educador ou como educando, resultando desse processo um constante esforço de adaptação em busca de equilíbrio. Toda ação, toda atividade que leva a um comportamento resulta da tentativa de restabelecer um equilíbrio rompido ou não atingido, na busca da adaptação (WERNECK, 1982).

Tendo a totalidade como categoria analítica para compreender o papel da educação e da escola na sociedade é que afirmamos que ao mesmo tempo que estas são influenciada, elas também influenciam o todo social. Por isso, analisar a dimensão educativa e a escola no âmbito da ciência geográfica e tendo a totalidade como categoria analítica, é analisar a (re)configuração espacial, as transformações ocorridas no espaço a partir das conquistas territoriais e das práticas sociais aí desenvolvidas.

Considerando a ciência geográfica como uma ciência da sociedade e tendo o marxismo como embasamento teórico, a questão do sujeito passa a ser centralidade nos estudos geográficos, ou seja, o objeto da geografia passa a ser o sujeito, pois segundo Fabrini (2005):

A dialética pode ser concebida como um modo específico de compreender a sociedade e pressupõe a existência do sujeito consciente, o que evidentemente, não acontece com a natureza. Assim, se se conceber a geografia como uma ciência da sociedade, o seu objeto será diferente do entendimento de geografia entendida como uma ciência da natureza (positivismo). Na primeira, o objeto da geografia é entendido no universo da materialidade social e da expressão do modo de produção de uma determinada sociedade. O objeto é concebido da forma que a sociedade constrói o espaço no tempo histórico. Sabe-se que a geografia estuda a sociedade através da sua organização espacial; e esta organização reflete as características da sociedade que a criou. Entretanto, a organização espacial não é apenas um reflexo da sociedade que a criou, mas condição de reprodução social (FABRINI, p. 13).

2. Nosso cenário de investigação e os percursos metodológicos

Na presente pesquisa tratamos de dois sujeitos históricos do campo latino-americanos, o *camponês*, militantes do MST e o *indígena*, a base social do EZLN. O camponês enquanto sujeito histórico por compreender desde seu processo histórico de configuração de sujeitos transformadores da realidade e, conseqüentemente, do espaço possuem a capacidade de refletir sobre si mesmos.

Assumindo o campesinato enquanto classe explorada pelo capitalismo, assumimos, conseqüentemente, a relação contraditória e combinada do próprio sistema produtivo, onde, garante a coexistência de relações não eminentemente capitalistas no seio social, para garantir a sua própria reprodução, pois, toda sociedade produz a coexistência de regimes de produção diferentes assim como um forte intercâmbio entre eles. Neste sentido, o campesinato como estrutura social não capitalista possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio com a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade.

A inserção do campesinato no sistema capitalista se dá desde da venda de sua produção com valores ditados pela própria estrutura econômica por preços que não refletem a totalidade dos custos da sua produção, como também a partir do pagamento dos créditos, na compra de insumos para produção.

É a partir dessa diversidade na formação do próprio campesinato que, consideramos os integrantes do MST como camponeses sem-terra, sujeitos que lutam organizados e constroem novas territorialidades no campo.

Nosso segundo sujeito histórico da pesquisa, são os integrantes do EZLN que, não só tem influenciado as lutas sociais e políticas do campo na América Latina e se tornando o expoente na luta contra o neoliberalismo, como também nas próprias ciências sociais.

O EZLN, a partir do seu surgimento em 1994, desde seu levante armado, vem exigido dos investigadores sociais uma leitura e interpretação da realidade social latino-americana até então não realizada ou esquecida na década de 1990, o de ter como centralidade nas análises o conflito social e o embate entre as classes sociais e em especial, o protagonismo dos sujeitos históricos do campo desde uma perspectiva do conflito capital x trabalho.

Nos primeiros meses de sua aparição pública, o EZLN se autodeclarava como um movimento de camponeses pobres e revolucionários que tinha como ênfase a distribuição de terras e, conseqüentemente, a reestruturação agrária do estado de Chiapas (a aproximadamente 830 km da Cidade do México), localizado no sudoeste mexicano, como podemos observar na Figura 01.

A questão dos camponeses pobres foi fundamental para a composição do tecido social do EZLN, onde a necessidade do campesinato pela terra, juntamente com reformas nas leis agrárias do Estado mexicano foram centrais na atuação das tomadas de terras por parte do movimento.

A América Latina como campo de estudo da geografia se destaca, como não poderia deixar de ser, a partir da análise sócio-histórica do desenvolvimento do capitalismo (TRASPADINI, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2006; TRAMONTANI RAMOS, 2003; FERNANDES, 1996). Na sua formação sócio-espacial a conflitualidade básica do processo moderno-colonial, onde a autonomia, os territórios, a economia, a cultura e a política dos povos originários latino-americanos foram desarticuladas, dando lugar a uma nova ordem sócio-espacial hegemônica imposta pelo colonizador: a cidade comandando uma rede urbana, a partir de onde se organizam latifúndios produtivos e a exploração predatória da natureza, tudo calcado

na propriedade privada e na necessidade/desejo de acumulação e reprodução do capital (TRAMONTANI RAMOS, 2003).

Figura 01: Localização do estado de Chiapas, México



Fonte: Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria (CIEPAC)
Disponível em: <http://autonomiaautogestion.unach.mx/>

A centralidade da questão agrária latino-americana está pautada no embate entre capital x trabalho, com as redefinições próprias do momento histórico em que vivemos, caracterizado pelo desenvolvimento do agronegócio de tipo exportação e pela proliferação de lutas organizadas dos movimentos sociais pelo direito ao território de vida e trabalho. Nessa luta, os movimentos sociais têm ampliado significativamente a sua pauta de reivindicações.

Para se entender essa dinâmica, recorreremos a alguns elementos teórico-conceituais que, de acordo com nossa opção de método analítico, nos fazem compreender toda processualidade histórica da luta e resistência dos movimentos sociais na América Latina. São eles: **Espaço, Território e Conflito Social.**

Dentro da existência de vários métodos, das várias abordagens de se analisar o espaço (LEFEBVRE, 2008), consideraremos o espaço como produção social, como definido por Lefebvre, em oposição a produção do espaço instrumental, baseado na racionalidade cartesiana, da engenharia, da arquitetura, do ordenamento territorial e do planejamento. Ainda segundo o autor, o espaço é uma totalidade, o *locus* da (re)produção social. Não é neutro, senão político, cultural, econômico, signo e significado. (IBARRA GARCÍA, 2012).

Entendemos, o território, segundo Raffestin (1993), como fruto do tripé espaço, tempo e relações sociais. Percebemos que o termo território nada tem de linear, pois os elementos que o compõem também não são. Portanto, a concepção de território deve partir da compreensão da síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção. Nesse sentido, o território é a materialidade da luta de classe (OLIVEIRA e MARQUES, 2004).

Segundo Saquet (2004), a produção do território também está vinculada às relações sociais espaço-temporalmente determinadas, assim, ele nos diz que:

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado -Nação. (SAQUET, p. 81).

Nesse sentido, compreender a construção do território a partir das relações sociais estabelecidas em um dado espaço ao longo do tempo entende-se que, na atualidade, ele é materialização dos conflitos gerados no bojo do modo capitalista de produção. Entretanto, o capitalismo é um modo de produção contraditório: não só permite e possibilita, como também, necessita de relações não capitalistas de produção. Segundo Oliveira (1990),

Isto significa dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança, reproduzindo relações tipicamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da figura do “boia-fria”), produz também, contraditoriamente, relações camponesas de produção (através do trabalho familiar) (OLIVEIRA, p. 467).

Nesta lógica, os movimentos sociais se territorializam através de uma relação que não está baseada na exploração (extração de mais-valia) estabelecendo, assim, outra sociabilidade nos novos territórios, garantindo a reprodução social da classe trabalhadora do campo. Segundo Iamamoto e Carvalho (1995), a reprodução social na teoria marxista refere-se ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nesta perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o

que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. Dessa forma, a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade.

É nesse sentido, que os movimentos sociais latino-americanos se organizam com objetivo de construir novos territórios e neles suas territorialidades combatendo o avanço do capital no campo a partir da sua diferença, apropriada cruelmente pela ideologia capitalista hegemônica como desigualdade, mas re-significada pelos camponeses, indígenas, quilombolas, desempregados e trabalhadores rurais como identidades políticas do trabalho social.

Sobre os procedimentos metodológicos desenvolvidos, destacamos o levantamento bibliográfico e documental nas diversas bibliotecas de Instituições Superiores de Ensino, tanto nos estados de Pernambuco, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), quanto na Paraíba, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como também na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM-Xochimilco). Procurando levantar o debate presente na geografia agrária brasileira e mexicana sobre os seguintes temas: a questão agrária, a luta de classes no campo, os movimentos sociais e a educação do campo e intercultural.

O levantamento bibliográfico foi dividido sobre os principais temas referentes à nossa pesquisa, são eles: América Latina, Movimentos Sociais e Educação.

Uma etapa importante e fundamental da pesquisa foi o trabalho de campo. Durante as nossas visitas às diferentes sedes e áreas de atuações dos movimentos, realizamos entrevistas semiestruturadas junto aos militantes, assim como coletamos imagens dos diferentes espaços de luta.

Para abarcar toda a complexidade presente nos territórios conquistados pelos sujeitos da pesquisa, o trabalho de campo durante a investigação foi imprescindível. Certamente seria impossível enxergar o plasmar do tempo e do espaço por meio das relações sociais sem esse instrumento metodológico.

Foi a partir do trabalho de campo que criamos um cenário de geração, problematização e crítica do conhecimento, onde o conflito entre o real e as ideias ocorreram com toda intensidade (COMPIANI e CARNEIRO, 1993).

Esta etapa da pesquisa foi organizada em dois momentos: no Brasil, com visitas nos assentamentos rurais de reforma agrária do MST nos estados de Pernambuco e do Maranhão, com o objetivo de conhecer e levantar dados e informações a respeito de como a escola contribui para a reprodução territorial desses sujeitos, ou seja, como as experiências educativas formais estão sendo concretizadas nesses territórios. No caso de Pernambuco, visitamos o assentamento Normandia, na cidade de Caruaru e no Maranhão, o assentamento Califórnia, em Açailândia. Optamos por aprofundar a análise sobre a escola e a dimensão educativa do MST a partir da experiência do assentamento Califórnia, pois, por exercer o cargo de professor na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, tal opção exerce um papel enquanto aproximação entre a instituição e o movimento social.

O segundo momento do trabalho de campo foi no estado de Chiapas, no México, especificamente no Caracol Zapatista de Oventic, que teve como objetivo os mesmos da primeira etapa. O trabalho de campo junto ao EZLN foi realizado em duas oportunidades, a primeira durante o estágio sanduíche na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), o qual passamos 4 meses (Junho-Setembro de 2015) entre atividades acadêmicas na UNAM e as visitas na comunidade zapatista, e a segunda (Abril de 2016) quando fomos convidado para participar de uma mesa-redonda no Instituto de Geografia da UNAM, cujo temática foi os *Procesos Territoriales Rurales en América Latina*.

Ressaltamos o processo que nos levou a ter a permissão por parte dos representantes dos territórios zapatistas para a realização da nossa pesquisa. Ao chegar em Chiapas, nos dirigimos ao Caracol Oventic e fomos recebidos por um dos zapatistas responsável pela segurança do lugar, questionado qual seria nossas intenções na visita, assim, nos solicitaram uma carta de intenções para ser entregue aos representantes para decidirem sobre a permissão da pesquisa. Após 2 horas e meia de espera na entrada de Oventic, chegou a notícia que íamos ser recebidos pela Junta de Buen Gobierno e pelos promotores de educação da escola zapatista para realização das entrevistas, como também, a permissão de conhecer as comunidades zapatistas.

3. A educação enquanto reivindicação dos sujeitos do campo

Diante da postura e compromisso dos governos com a educação, principalmente em áreas rurais, os sujeitos sociais do campo, em nosso caso, o camponês e o indígena, organizados e mobilizados em movimentos sociais, o MST e o EZLN, buscam estruturar propostas educativas que superem as propostas educativas oficiais que não atendem as suas demandas.

A educação proposta por esses movimentos sociais, diferentemente da educação oficial desenvolvida nas áreas rurais, se identifica como que comumente definimos como educação libertadora, na medida em que propõe uma nova interpretação científica de nossa realidade, apresentando, ao mesmo tempo, propostas coerentes com sua transformação. Pressupõe, também, a formação não de um profissional que o mercado exige, se não a formação de um ser humano que a sociedade necessita, armado de um conhecimento profundamente humanístico e de uma consciência social que lhe permite transformar seu entorno.

Essa proposta educativa dos movimentos sociais se faz concreta a partir de ideias em torno do entendimento do homem, da natureza e da sociedade, centralizando tal desenvolvimento na natureza humana e social do ser humano, contribuindo para a construção de um paradigma educativo para além das relações sociais da sociedade do capital. Assim, esse modelo educativo busca a transformação integral do homem, em todos os sentidos, desde sua criatividade, em relação ao trabalho, a família e sua visão político-social.

A educação desenvolvida nas escolas dos territórios dos movimentos sociais em questão, partem do pressuposto de que o que é ensinado nesses espaços deve-se estar vinculado com a produção, com o trabalho, como lugar de transmissão e de criação de uma nova sociabilidade, deve-se recuperar a história desses territórios conquistados e não reproduzir a herança educacional dominante.

Na tentativa de superar toda política educativa implantada pelos governos nas áreas rurais, é que os camponeses e indígenas lutam cotidianamente para lograr um modelo educativo que atendas suas demandas e necessidades enquanto sujeitos sociais, assim, tanto o MST, quanto o EZLN, desenvolvem seus programas educativos, onde o primeiro luta pela implantação de uma Educação do Campo que respeite os territórios de reforma agrária e o segundo luta por sua autonomia territorial e, conseqüentemente, da educação desenvolvida nas escolas em seus territórios.

3.1 Educação e os Movimentos Sociais

A possibilidade de uma educação construída e desenvolvida pelos movimentos sociais surge a partir da própria reestruturação dessas organizações sociais que, principalmente a partir da década de 1990 e em resposta a então conjuntura política social e econômica do neoliberalismo, expandem suas pautas de reivindicações, que no caso dos movimentos do campo, exigem questões para além da posse da terra.

Partindo do entendimento de que para construir um território, que tenha como base relações sociais que enfrentem as relações hegemônicas do capital, os movimentos sociais desenvolvem práticas que possibilitam a apropriação e manutenção do mesmo e é nesse sentido, que a educação e a escola são consideradas instrumentos de reprodução social dos sujeitos do campo e inseridas na organicidade dos movimentos sociais.

Nesse sentido, a educação vivenciada pelos movimentos sociais, segundo Batista (1996), caracteriza-se por ser um processo de produção, apropriação e partilha de conhecimentos sobre a realidade social, política, econômica, cultural e ontológica. É com essa perspectiva que surge a necessidade de compreender a dimensão educativa dos movimentos sociais para se pensar um novo modelo societário, ou seja, que toda reflexão educativa tenha como centralidade a própria luta dos sujeitos do campo, denunciando, assim, as contradições, desigualdades e os processos sociais vigentes.

Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saber. O contexto escolar é um importante espaço para participação na educação. A participação na escola gera aprendizado político para a participação na sociedade em geral. Partindo desse entendimento é que tanto o MST e o EZLN atuam na construção de um cotidiano escolar para desenvolver um aprendizado político o qual os estudantes construam uma nova perspectiva de mundo.

A educação desenvolvida nas escolas dos movimentos sociais tem como principal objetivo o despertar crítico dos educandos, a análise social fundada na totalidade, onde aprendem a entender-se como sujeitos sociais, construtores de saberes que buscam a superação da ideologia da classe dominante, buscando, assim, a conquista de uma nova sociabilidade. Pois, de acordo com Mészáros (2005):

A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo... (MÉSZÁROS, p. 76).

Para uma mudança societária, de acordo com a afirmativa do autor, é necessária realizar transformações simultâneas, conjuntas, e uma ruptura no modelo educacional, no cotidiano escolar se faz fundamental para tal mudança e é nesse sentido, no entendimento da funcionalidade da escola na transformação social que o MST e o EZLN desenvolvem, seus sistemas educativos, seus princípios pedagógicos.

Arroyo e Fernandes (1999, p. 18), fortalece tal entendimento sobre o papel da educação nos movimentos sociais afirmando que “os setores populares enquanto educandos são vistos

como sujeitos da produção do saber, e não apenas como receptores de saber, contraposto ao educador que transmite conteúdos”.

Os movimentos sociais compreendem a educação como um instrumento de questionamento, pois problematizam os significados buscando a historicidade dos fenômenos sociais que estruturam e são constituintes do modo de ser em sociedade. Ela é propositiva porque não somente interpreta o existente, descrevendo o que é, mas é provocativa da imaginação superadora das relações existentes. Desta forma, a pedagogia da cooperação é geradora da contra-hegemonia, isto é, de uma cultura de convivialidade negadora do trabalho explorado, da política dominadora, da educação bancária, da cultura unidimensional, da epistemologia linear, da economia mercantilista, da subjetividade passiva. A contra-hegemonia é a afirmação de processos societários que traduzem e produzem valores como a cooperação e solidariedade (ZART e GITAHY, 2010).

No caso dos movimentos aqui analisados, o MST e o EZLN, constatamos semelhanças nos princípios que norteiam a educação construída em seus territórios, tais como: respeitar a forma de aprender dos educando, em seus diferentes níveis; ensinar a partir das necessidades e interesses; utilizar do processo educativo para que os educandos se apropriem da sua história; evidenciar, no processo educativo, a história das lutas e conquistas dos movimentos; encarar a educação e a escola como instrumento político e de resistência.

Os movimentos sociais concebem a educação, segundo Arroyo e Fernandes (1999), no terreno dos direitos, levando a vinculação da educação com a saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito coloca a educação no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana.

A partir das lutas e conquistas territoriais os movimentos sociais do campo veem construindo sujeitos, camponeses e indígenas, com outras concepções de mundo, para além das ideias hegemônicas, e, conseqüentemente, as escolas que assistem esses sujeitos, devem acompanhar esse movimento histórico, atender as suas necessidades, as suas demandas sociais, valorizando a história e mobilizações desses movimentos sociais.

Sobre esse papel da escola em relação aos sujeitos históricos, Arroyo e Fernandes (1999), afirmam que:

A escola tem de se propor tratar o homem, a mulher, a criança, o jovem do campo como sujeitos de direitos. Como sujeitos de história, de lutas, como sujeitos de intervenção, como alguém que constrói, que está participando de um projeto social, por isso a escola tem que levar em conta a história de cada educando e das lutas do campo (ARROYO e FERNANDES, p. 19).

As escolas inseridas nos territórios conquistados pelos movimentos sociais, no caso do MST e do EZLN, são mais um espaço de aprendizagem desses sujeitos. Os processos educativos, reforçando a ideia do caráter pedagógico dos movimentos, acontecem fundamentalmente no âmbito dessas organizações, nas suas lutas, no trabalho, na produção, na família, no cotidiano. Assim, o papel da escola, ainda segundo os autores, é interpretar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científicos-técnicos, para interpretar e intervir na realidade, na produção da sociedade.

Um elemento fundamental para as escolas inseridas nos territórios dos movimentos sociais é o reconhecimento das matrizes culturais desses sujeitos, em especial os do campo. Sendo a relação com a terra uma matriz fundamental para os sujeitos do campo, a escola tem que aprender e respeitá-la, tem que entender o tempo, o espaço, a relação com a natureza desses sujeitos para poder construir e desenvolver uma educação que respeite essa matriz cultural.

Outro elemento importante para a educação dos movimentos sociais, como vimos no capítulo anterior, é o entendimento de coletividade, onde o coletivo é o grande sujeito da luta e mobilização, como também um agente educativo. Logo, a educação desenvolvida nas escolas dos movimentos sociais busca desenvolver esse entendimento, superando o ensinamento das escolas tradicionais do capital que prega o individualismo e concorrência entre as pessoas.

Nesse sentido, a partir da construção do entendimento e prática da coletividade desenvolvido na escola, os educandos aprendem que a retribuição à comunidade onde vive, a aplicação de todo conhecimento construído na escola, é parte integrante de todo o processo de ensino-aprendizagem. Pois como afirma um dos promotores da educação zapatista:

Aqui nós construímos uma prática de que o que é mais importante para o aluno é ele aplicar todo seu conhecimento aqui no Caracol, ou seja, é uma forma de manter nosso território autônomo, dependendo de nossa gente, dos nossos conhecimentos, seja nas mais diferentes áreas que atuamos aqui dentro, na saúde, na produção ou até mesmo na educação sendo um dos promotores (Entrevista realizada em trabalho de campo, 27/07/2015).

Para que a escola e a educação desenvolvida nestes territórios atendam os objetivos dos movimentos sociais, é preciso entender que a escola não é apenas um lugar de ensino, e que método de educação não é igual a método de ensino (CALDART, 2005). Assim é preciso planejar estratégias pedagógicas diversas que comunguem com as práticas dos movimentos sociais.

Em ambos os movimentos aqui estudados, encontramos propostas educacionais que buscam atender seus interesses, com objetivo principal da formação humana, passando, necessariamente, pela formação política dos educandos, onde no EZLN, baseia-se na luta pela autonomia e no MST na politização do cotidiano das famílias sem-terra que somam a luta maior do movimento por um país sem latifúndios.

Assim, a educação desenvolvida pelos movimentos sociais vem sendo considerada como instrumento de luta dos sujeitos que (re)configuram o espaço, que lutam pela construção de uma nova sociabilidade a partir da conquista de territórios. Uma educação pautada pelos interesses coletivos, construída a partir dos próprios sujeitos que compõem os movimentos, uma educação que busca a autonomia, a formação política, uma nova relação com a natureza, com o outro, ou seja, uma educação voltada para romper com a ideologia hegemônica, mais um espaço inteiramente interligado aos princípios políticos dos movimentos sociais.

3.2 A educação do EZLN e do MST: uma questão de autonomia?

As políticas e programas governamentais implementadas, tanto no Brasil, quanto no México, não solucionam o abismo educacional existente entre a educação urbana e a rural e indígena, muito menos, atendem as demandas e necessidades dos camponeses e indígenas, pois o modelo educativo implantando nessas escolas pelo Estado, atende um interesse político muito claro, o de desarticular todo conhecimento gerado por esses sujeitos ao longo de sua história de mobilização e luta.

Os dois movimentos possuem práticas políticas distintas, onde o MST luta por conquistas de políticas públicas e por direitos constitucionais, exigindo que o Estado assumira, por exemplo, a execução, financiamento, operacionalização e reconhecimento das escolas em áreas de assentamento. Já o EZLN, em sua luta pela autonomia territorial, exige que o Estado mexicano reconheça sua autonomia indígena, assim, a educação desenvolvida nos territórios autônomos zapatistas, é uma educação planejada, desenvolvida e executada por esses sujeitos.

É nesse entendimento entre qual é o papel e responsabilidade do Estado, no caso, qual a responsabilidade do Estado para com a educação em seus respectivos territórios que o MST e o EZLN se diferenciam.

Assim, a questão da autonomia é a chave para entender a dinâmica e luta do zapatismo, como também diferenciá-lo, em suas práticas, do MST. Em entrevista, o representante da Junta

de Buen Gobierno (JBG), do Caracol Oventic, nos fala sobre a importância da autonomia para o EZLN:

Se falamos de autonomia, devemos ter tudo: nosso território, educação própria, nossa saúde, administrar nossos recursos, etc... Então, nós pensamos que as comunidades devem ter seu próprio governo, para isso estamos nomeando as Juntas de Buen Gobierno nos Caracoles (Trabalho de Campo, 27/08/2015).

Ainda sobre o entendimento da autonomia para os zapatista, o mesmo segue:

A autonomia para nós indígenas têm raízes profundas em seu sentido único da história, que se baseia em uma consciência de formar parte integral de algo mas além de nós mesmos, algo ordenado pelos nossos ancestrais, e que, no entanto, depende das ações e interações diárias dos indivíduos. A autonomia tem sido uma prática que sempre temos tido em nosso povo, que tem existido de maneira clandestina, porém já no queremos que seja assim (Trabalho de Campo, 27/07/2015).

A partir das falas acima, podemos considerar que os zapatistas possuem na autonomia seu projeto político mais importante, já que sua grande bandeira de luta é o reconhecimento da autonomia indígena, e como colocou o representante, citado em linhas anteriores, “falar de autonomia é falar de ter tudo: território, educação, saúde e administração de recursos [...] ter seu próprio governo”. Assim, os serviços de educação zapatista são redefinidos a partir do surgimento da questão da autonomia política e suas demandas.

A construção dos territórios autônomos zapatistas, por exemplo, enquadram-se nesse entendimento de autonomia apresentados pelos autores supracitados, pois, vêm desenvolvendo práticas territoriais autônomas, para além do Estado, gerenciando, em nosso caso de interesse, a escola e a educação.

Em relação a importância dessa auto-gestão das escolas e sua importância para a manutenção dos territórios zapatistas, o representante da JBG, do Caracol Oventic, nos afirma:

Para nós é uma coisa natural, seria impossível manter nossa autonomia sem auto-gestão das nossas escolas. É impossível imaginar todos nós indígenas, lutando por uma autonomia de nossos territórios e a escola ser administrada pelo Mal Governo (Estado), eles viriam aqui e iam ensinar toda a nossa história errada, iam ensinar aos nossos filhos a história oficial do Mal Governos, com seus interesses, seus livros e seus professores, seria como ter nosso assassino em nossa casa (Entrevista realizada em Trabalho de Campo, 27/07/2015).

Segundo Baronet (2009), “La lucha por la autonomía en la educación de los pueblos indígenas es primordial en las estrategias sociales de defensa del territorio, la afirmación cultural y el fortalecimiento del poder de gestión de las familias implicadas” (p. 6).

Vele ressaltar aqui que a auto-gestão do sistema educativo dos municípios constitucionais, como também os zapatistas, é garantido pela constituição mexicana em seu Art. 3, como também pela Lei Geral de Educação em seu Art. 15, no entanto, a prestação de serviços educativos públicos por essas instancias não aparecem na agenda política nacional mexicana (*Idem*).

Em relação à autonomia na educação do MST, um dos representantes do setor de educação do movimento, em discurso no VI Congresso Nacional do MST, em Brasília, afirmou que:

A nossa autonomia é termos a liberdade de exigir do governo o que é nosso por direito. O acesso à educação é um direito constitucional e temos que exigir que se cumpra, essa é a nossa autonomia, a autonomia de mobilização, da organização e da luta por nosso direito (Trabalho de Campo, fevereiro, 2014).

Segundo a representante do setor de educação do MST, no estado de Pernambuco, “a questão da educação nos assentamentos rurais é um direito constitucional garantido e um dever do Estado de implementá-la” (Entrevista realizada em Trabalho de Campo, 13/05/2014).

Ao ser questionado sobre o modelo de educação implementado na escola dos assentamentos, o entrevistado baseia-se na questão da adequação dos currículos à realidade local, garantida na Lei de Diretrizes de Base, de 1996.

Nesse sentido, o MST e a educação desenvolvida nas escolas dos assentamentos rurais de reforma agrária, baseiam-se, fundamentalmente, nos direitos constitucionais e leis desenvolvidas pelo Estado para garantir a implementação da escola e o desenvolvimento da educação em seus territórios.

Como podemos observar, o entendimento de autonomia dos dois movimentos são distintos, enquanto que o EZLN, baseia-se na autonomia territorial como projeto político, o MST baseia-se nas reivindicações ao Estado por acesso à direitos.

No entanto, independentemente da importância que a autonomia existe na organização e luta dos movimentos sociais em questão, a estruturação de uma educação que seja voltada para os interesses e reprodução dos sujeitos sociais, os camponeses e os indígenas, é o que aproxima o MST e o EZLN, pois ambos estruturam sistemas educativos próprios com objetivo de fortalecimento da luta cotidiana.

Uma política de educação autônoma é possível na medida em que os principais sujeitos educativos não assumam diretamente as funções de intermediação entre a comunidade étnica e o Estado nacional. Em contrapartida, estão intervindo no espaço social regional como intermediários civis entre a comunidade e a instância política da que eles dependem, ou seja, os MAREZ. Podemos afirmar que uma apropriação coletiva e profunda da escola não é possível na medida em que o Estado instrumentaliza a educação com fins de dominação política, econômica e cultural.

Podemos considerar como um elemento importante na construção das propostas de uma educação dos movimentos em questão a tentativa de superar o discurso elaborado e defendido pelo Programa de Promoção e Reforma Educativa na América Latina (PREAL), que tem em sua essência o caráter economicista da educação, relacionando-a apenas com a produtividade e a competitividade, o que impossibilita que a educação tenha uma relação próxima com as questões sociais estabelecidas a partir da própria contradição gerada pelo capital.

Concomitantemente ao próprio desenvolvimento dos movimentos houve uma preocupação na formação dos camponeses e indígenas e a necessidade de criar espaços de sociabilidades culturais, educacionais etc. com o objetivo de fortalecer a luta e resistência desses sujeitos sociais. Assim, a educação passou a ser um dos instrumentos de luta mais importantes dos movimentos sociais, pois, passou a interferir de forma direta, no processo de conscientização dos camponeses/indígenas.

É com essa perspectiva que o EZLN cria o Sistema Educativo Rebelde Autônomo de Chiapas (SERAZ), os zapatistas, além do SERAZ, também possuem em sua organização educativa o Conselho Geral de Educação, que tem por objetivo principal orientar os programas estudados nas escolas autônomas zapatistas. Vale destacar que o programa de ensino das escolas autônomas zapatistas não se vincula com a política oficial do Estado mexicano da educação. Outro ponto de destaque é que, de acordo com o Subcomandante Insurgente Marcos (2003), nas terras em que não havia escolas, e muito menos professores, os Conselhos Autônomos, com o apoio das "sociedades civis", construíram escolas, capacitaram promotores de educação e, em alguns casos, até criaram seus próprios conteúdos educativos e pedagógicos. Manuais de alfabetização e livros de texto são preparados pelos "comitês de educação" e por promotores, acompanhados pelas "sociedades civis" que entendem destes assuntos.

Assim como no EZLN, o MST tenta construir um projeto educacional diferenciado, possui uma estrutura organizativa de educação, ou seja, um Setor de Educação, o qual já conseguiu envolver mais de 38 mil estudantes e aproximadamente 1500 professores

(MENDES, 2003). A organização do Setor de Educação do MST se dá pelo Coletivo Nacional de Educação. Partindo das demandas se discute qual será a linha de ação e quais serão os encaminhamentos, sendo que essas discussões ocorrem pelo menos três vezes durante o ano.

É no sentido de superar a política de reprodução das relações do capital e da sua hegemonia que os projetos das escolas dos movimentos se inserem na perspectiva de buscar os direitos dos indígenas e dos camponeses. A educação é vista como uma forma de conscientização popular e mais do que isso, meio para a construção de novas formas de relações sociais (MENDES, 2003).

Experiências de uma prática educativa diferenciada para além da reprodução das relações de produção hegemônicas, como é o caso do EZLN e do MST representam um campo de possibilidades de contra-hegemonia. Podemos afirmar que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados (MÉSZÁROS, 2008). Assim, compreender a educação como algo isento às relações sociais significa neutralizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, se torna inviável compreender a educação fora do seu contexto social. É necessário analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social (ORSO, 2008).

Os movimentos sociais aqui relacionados levantam um debate, colocando-o na prática a função social da educação e da escola. Percebemos que há uma questão mais ampla, que é a visão desses movimentos sobre o papel das comunidades, acampamentos e assentamentos, assim, como o que a educação deve gerar nesses espaços, ou seja, sua finalidade ou sua filosofia de ação.

4. Considerações Finais

Com as políticas neoliberais na América Latina, houve transformações estruturais na política agrária, quando o fortalecimento do agronegócio e de grandes redes estrangeiras de indústrias agroalimentares se instalaram, fazendo com que a produção agrícola fique subordinada ao mercado global, desmantelando a produção e a lógica produtiva local. A partir desse cenário no campo latino-americano, a partir dos ditames dos complexos empresariais agroindustriais, gerou-se diversas questões no agrário regional.

A figura do Estado na América Latina, como não poderia deixar de ser, se torna responsável pelos conflitos gerados na região, onde tais conflitos eram e ainda são, as respostas dos povos oprimidos diante políticas que visem o interesse do capital, o que caracteriza a

história latino-americana como uma história marcada por revoltas populares na luta, principalmente, contra a expropriação de terras.

Após a análise da formação espacial latino-americana partimos para compreender a emergência dos movimentos sociais na região, destacando o movimento indígena e o camponês. A perspectiva teórica para tal análise foi a luta de classes, ou seja, a categoria classe social é a centralidade na concepção dos movimentos sociais enquanto sujeitos que lutam e conquistam seus territórios, confrontando-se com o espaço do capital.

Logo, o EZLN e o MST, compõem o rol dos sujeitos que reivindicam a desarticulação da lógica capitalista no campo latino-americano desde a construção de suas territorialidades e no enfrentamento às políticas neoliberais impostas pelos Estados.

Consideramos que as causas que fizeram surgir os movimentos sociais latino-americanos são múltiplas, no entanto, podemos destacar, que no caso dos nossos sujeitos, o EZLN e o MST, o desenvolvimento da política neoliberal e seus rebatimentos nos países da América Latina, em especial no México e no Brasil, foi um fator decisivo para a emergência desses movimentos.

A luta do EZLN e do MST pela construção de uma educação que respeite suas condições de sujeitos que lutam e atenda suas demandas têm se tornado uma bandeira de reivindicativa a partir do entendimento de que é através do processo educativo, voltado para a compreensão do cotidiano e das relações sociais existentes no campo que a tomada de consciência de classe é tomada e que, é através dela que os eles podem chegar a sua hegemonia, conquistando assim, um novo modelo societário para além do capital.

Consideramos a educação, como elemento constituinte de uma sociedade de classes, um instrumento de dominação e reprodução da ideologia da classe dominante, enquadrando-se assim, como um dos diversos instrumentos do Estado para manutenção do *status quo*. Para tanto, analisamos as políticas voltadas para educação tanto do México, como do Brasil para considerar tal entendimento, em especial as políticas públicas para a educação nas áreas rurais.

A escola por mais que seja escola, é uma ação, uma instituição coerciva, é uma ferramenta de imposição do Estado, onde passa a desvalorização dos saberes não escolares e a disposição da possibilidade dos sujeitos aprenderem por si mesmos, o que faz parte do processo de colonialidade e destruição da identidade camponesa e indígena.

É a partir da realidade imposta pelo Estado, juntamente com a classe dominante, para a educação nas áreas rurais, cada vez mais distante das necessidades e interesses dos camponeses e indígenas que estes sujeitos históricos, a partir da organização em movimentos sociais, que

passam a reivindicar, desenvolver e construir uma educação que vai de encontro com a implementada pelos força hegemônica do capital. Só com uma subversão da ordem social poderá superar as condições de dominação e, por conseguinte, a situação e objetivos da educação.

Nesse sentido, as escolas são reapropriadas a nível comunitário resultante da mobilização dos sujeitos tornando possível a apropriação do cotidiano escolar. Consideradas como próprias, como patrimônios coletivos, seja dos zapatistas, seja dos sem-terra, essas escolas passam a representar as mais diversas territorialidades de ambos os movimentos.

5. Referências

ARROYO, M.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Os movimentos sociais e as lutas por educação. In: CALADO, Alder (org.) **Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste**. João Pessoa, Idéia, 1996.

CALDART, Roseli Salete. O Currículo das Escolas do MST. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. — Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

COMPIANI M., Carneiro C.D.R. 1993. Os papéis didáticos das excursões geológicas. **Rev. de la Enseñanza de las Ciencias de la Tierra**. 1(2): 90-98. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/ECT/article/view/88098/140821>>. Acesso em: 21 de jun. de 2012.

FABRINI, João E. **Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: novembro de 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica**. São Paulo, Cortez/CELATS, 10ª edição, 1995.

IBARRA GARCÍA, Maria Verônica. Espacio: elemento central en los movimientos sociales por megaproyetos. **Revista Desacatos**, nº 39, mayo-agosto 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Editora da UFMG, 2008.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. Oximoron! (La Derecha Intelectual y El Fascismo Liberal). In Ya Basta. **Documentos**, 2003.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 27 – 46

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1990

ORSO, Paulino José, GONÇALVES, Sebastião e MATOS, Valci (Orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

PORTO-GONÇALVES, D. W. A geograficidade social: Uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS**, v. 1, n. 3, ano 3, maio, 2006.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In; RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TRAMONTANI RAMOS, Tatiana. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe**. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y El Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO 2003.

TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

WERNECK, V. R. **Ideologia na educação: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo**. Petrópolis: Vozes, 1982

ZART, Laudemir Luiz, GITAHY, Leda. Articulação do trabalho e da educação do campo: uma leitura sócio-histórica da construção de dois projetos distintos. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 19, n. 34, p. 121-130, jul./dez. 2010.

**AUSTERIDADE, PRECARIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA PAISAGEM
EUROPEIA**

*AUSTERITY, PRECARIOUSNESS AND THEIR REFLECTIONS ON THE EUROPEAN
LANDSCAPE*

AUSTERIDAD, PRECARIZACIÓN Y SUS REFLEJOS EN EL PAISAJE EUROPEO

Gleydson Pinheiro Albano¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

¹ Professor Adjunto IV do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CERES, Caicó, RN. E-mail: gleydsonalbano@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa analisar o contexto europeu pós-Crise de 2008, com destaque para o processo de precarização em curso na União Europeia, resultante das políticas neoliberais de ajuste e austeridade, e como essa precarização se reflete na paisagem europeia. Para isso, o artigo busca uma análise do contexto neoliberal, desde os anos 1980 até os dias atuais, com foco no momento pós-Crise de 2008 e no processo de precarização advindo das políticas de austeridade implantadas pela União Europeia, políticas essas impostas pelo Banco Central Europeu. A análise é feita, em um primeiro momento, amparando-se em revisão bibliográfica e dados estatísticos. O estudo se baseou também na análise de fotografias. Assim, em um segundo momento, é apresentada uma análise imagética da paisagem urbana de algumas cidades europeias em países de economia e desenvolvimento distintos, como Portugal, Espanha, Alemanha e Dinamarca, tentando mostrar e interpretar os reflexos das políticas de austeridade nos referidos países.

Palavras-chave: Paisagem. Políticas de Austeridade. União Europeia.

Abstract

The present study aims at analyzing the post-crisis European context of 2008, highlighting the ongoing process of precariousness in the European Union, resulting from neoliberal policies of adjustment and austerity, and how this precariousness is reflected in the European landscape. For this, the article seeks an analysis of the neoliberal context, from the 1980s to the present day, focusing on the post-crisis of 2008 and the process of precariousness arising from the austerity policies implemented by the European Union, policies imposed by the European Central Bank. The analysis is done, initially, based on a bibliographical review and statistical data. The study was also based on the analysis of photographs. In a second moment, an imagery analysis of the urban landscape of some European cities in different economic and development countries such as Portugal, Spain, Germany and Denmark is presented, trying to show and interpret the reflexes of the austerity policies in those countries.

Keywords: Landscape. Austerity Policies. European Union.

Resumen

El presente estudio pretende analizar el contexto europeo posterior a la crisis de 2008, con destaque para el proceso de precarización en curso en la Unión Europea, resultante de las políticas neoliberales de ajuste y austeridad, y cómo esta precarización se refleja en el paisaje europeo. Para ello, el artículo busca un análisis del contexto neoliberal, desde los años 1980 hasta los días actuales, con foco en el momento post-Crisis de 2008 y en el proceso de precarización proveniente de las políticas de austeridad implantadas por la Unión Europea, políticas éstas impuestas por el Banco Central Europeo. El análisis se realiza, en un primer momento, amparándose en revisión bibliográfica y datos estadísticos. El estudio se basó también en el análisis de fotografías. Por lo tanto, en una segunda etapa, se presenta un análisis de las imágenes del paisaje urbano de algunas ciudades europeas en la economía de los países y de desarrollo diferente, como Portugal, España, Alemania y Dinamarca, tratando de mostrar e interpretar las consecuencias de las políticas de austeridad en estos países.

Palabras clave: Paisaje. Políticas de Austeridad. Unión Europea.

1. Introdução

O presente estudo visa analisar o contexto europeu pós-Crise de 2008, com destaque para o processo de precarização em curso na União Europeia, resultante das políticas neoliberais de ajuste e austeridade, e como essa precarização se reflete na paisagem europeia. Para isso, o artigo busca uma análise do contexto neoliberal, desde os anos 1980 até os dias atuais, com foco no momento pós-Crise de 2008 e no processo de precarização advindo das políticas de austeridade implantadas pela União Europeia, políticas essas impostas pelo Banco Central Europeu. A análise é feita, em um primeiro momento, amparando-se em revisão bibliográfica e dados estatísticos. O estudo se baseou também na análise de fotografias. Assim, em um segundo momento, é apresentada uma análise imagética da paisagem urbana de algumas cidades europeias em países de economia e desenvolvimento distintos, como Portugal, Espanha, Alemanha e Dinamarca, tentando mostrar e interpretar os reflexos das políticas de austeridade nos referidos países.

2. Globalização Perversa, Neoliberalismo, Austeridade e Precarização na Europa

As políticas de Austeridade, com o conseqüente aumento da precarização e do precarizado na Europa, tem destaque a partir dos anos 2000, com a crise financeira global de 2007-2008, mas, desde a década de 1980, com o advento do neoliberalismo nos Estados Unidos, com Ronald Reagan, e no Reino Unido, com Margareth Thatcher, o Estado de Bem-Estar Social de várias nações europeias vem sendo corroído e tem tido destaque a emergência de uma classe em situação de precarização, além do aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais, com os ricos cada vez mais ricos e concentrando uma parcela maior da renda dos países.

Como se observa no Quadro 1, gradualmente, com a difusão das ideias neoliberais pela Europa, pelos EUA e por inúmeros lugares no mundo, tem-se uma constante redução dos impostos sobre os mais ricos, aumentando a concentração de renda.

De acordo com relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (OECD, 2017), que compara os níveis de desigualdade dos países mais ricos do mundo entre os anos 1980 e 2014, usando o coeficiente Gini, a desigualdade tem aumentado significativamente na maioria dos países. O coeficiente Gini de concentração entre

os países europeus aumentou de 0.28, nos anos 1980, para 0.30, em 2014. O relatório destaca, ainda, a um aumento da desigualdade que não ficou restrito somente aos países tradicionalmente já muito desiguais, como o Reino Unido e os Estados Unidos. A desigualdade subiu também até em países tradicionalmente mais iguais, como a Suécia e Finlândia.

Quadro 1 – Taxas de imposto sobre o escalão superior de rendimentos

País	1986	2002	2007	2013
França	65	58	46	50
Alemanha	53	51	48	48
Bélgica	72	56	54	50
Espanha	66	49	43	52
Itália	62	46	45	47
Holanda	72	52	52	52
Reino Unido	60	40	40	45
Irlanda	60	42	41	41
Suécia	80	56	57	57
EUA	50	45	41	46
Japão	70	50	50	51

Fonte: Toussaint (2015).

Santos (2006) chama esse contexto neoliberal de Globalização Perversa, no qual prevalece a competitividade em estado puro.

A necessidade de competir é, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico. [...] a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição. A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência (SANTOS, 2006, p. 57, grifo nosso).

Em nome da competitividade, vão se erodindo os salários e os benefícios sociais, tanto nos Estados Unidos quanto em vários países da Europa.

Para Bauman (2007), esse é o período dos tempos líquidos, no qual o Estado passa a ser mínimo, e cada vez mais ocorre a transferência de poder, com a terceirização de um volume crescente de funções, para a força incontrolável do mercado, fonte de incerteza.

Grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global (e, em muitos casos, extraterritorial) politicamente descontrolado, enquanto a política – a capacidade de decidir a direção e o objetivo de uma ação – é incapaz de operar efetivamente na dimensão planetária, já que permanece local. A ausência de controle político transforma os poderes recém-emancipados numa fonte de profunda e, em princípio, incontornável incerteza, enquanto a falta de poder torna as instituições políticas existentes, assim como suas iniciativas e seus empreendimentos, cada vez menos relevantes para os problemas existenciais dos cidadãos dos Estados-nações e, por essa razão, atraem cada vez menos a atenção destes. Entre ambos, os dois resultados inter-relacionados desse divórcio obrigam ou encorajam os órgãos do Estado a abandonar, transferir ou (para usar os termos que entraram recentemente na moda no jargão político) “subsidiar” e “terceirizar” um volume crescente de funções que desempenhavam anteriormente. Abandonadas pelo Estado, essas funções se tornam um *playground* para as forças do mercado, notoriamente volúveis e inerentemente imprevisíveis, e/ou são deixadas para a iniciativa privada e aos cuidados dos indivíduos (BAUMAN, 2007, p. 8).

Nesse contexto de intensa competição de mercado, ocorre a redução e o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, reduzindo a autoconfiança dos atores, a defesa coletiva e o poder dos sindicatos. Passa então a ser tarefa do indivíduo procurar, encontrar e praticar soluções individuais para problemas socialmente produzidos (BAUMAN, 2007).

Nesse novo contexto que se constrói a partir dos anos 1980, o Estado já não protege o indivíduo contra a degradação social, buscando protegê-lo agora contra o terrorista, tentando se legitimar como Estado Policial e não mais como Estado Social.

[...] não surpreende em absoluto que se esteja buscando uma legitimação alternativa da autoridade do Estado e outra fórmula política em benefício da cidadania conscienciosa na promessa do Estado de proteger seus cidadãos contra os perigos *da proteção pessoal*. O espectro da degradação social contra a qual o Estado *social* jurou garantir seus cidadãos está sendo substituído na fórmula política do “Estado da proteção pessoal” pelas ameaças de um pedófilo à solta, de um *serial killer*, de um mendigo atrevido, de um assaltante, de um molestador [...] (BAUMAN, 2007, p. 20).

Na mesma linha de análise de Bauman, trabalha Wacquant (2008, p. 2), que observa nos últimos anos o enxugamento das funções ligadas ao Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e o crescimento, inchaço dos seus setores policiais, jurídicos e correcionais, com destaque para os Estados Unidos: “Entre 1975 e 2000, a população carcerária dos Estados Unidos cresceu em termos exponenciais, passando de 380 mil a 2 milhões de detentos, enquanto o número de beneficiários do *welfare* caiu vertiginosamente de 11 para menos de 5 milhões”.

Harvey (2011) ressalta que o neoliberalismo ganha destaque nos Estados Unidos em um ambiente onde a competitividade industrial americana é suplantada pela Alemanha e o Japão desde anos 1980, além disso, novas indústrias floresciam em novos espaços, como a Coreia do Sul, Bangladesh, Taiwan, México, China, dentre outros.

Segundo Harvey (2011, p. 110), a história do neoliberalismo está atrelada nos EUA aos

[...] chefes das principais corporações, juntamente com os barões da mídia e as pessoas mais ricas, muitos dos quais, como os irmãos Rockefellers, eram descendentes da classe capitalista, foram para o contra-ataque. Iniciaram um movimento de reconstrução radical do nexos Estado-finanças (a desregulamentação nacional e internacional das operações financeiras, a liberação do financiamento da dívida, a abertura do mundo para a competição internacional intensificada e o reposicionamento do aparelho do Estado em relação a previdência social). O capital foi reempoderado em relação ao trabalho pela produção de desemprego e desindustrialização, imigração, deslocalização e toda sorte de mudanças tecnológicas e organizacionais (a subcontratação, por exemplo). Mais tarde foi ligado a um ataque ideológico e político sobre todas as formas de organização do trabalho nos anos de Reagan/Thatcher, e o efeito foi resolver a crise do declínio de rentabilidade e riqueza por meio da repressão salarial e da redução de prestações sociais pelo Estado. As concepções mentais do mundo foram reformuladas, na medida do possível, com o recurso aos princípios neoliberais da liberdade individual, necessariamente incorporados no livre-mercado e no livre-comércio. Isso exigiu a regressão do Estado de bem-estar social e o sucateamento progressivo do quadro regulatório que tinha sido construído no início dos anos 1970 (como a proteção ambiental).

Essa desregulamentação sem precedentes das operações financeiras em nível global, aliada ao avanço tecnológico, facilitou o contágio internacional de crises financeiras, que passam a ser cada vez mais frequentes, como a Crise Financeira Asiática de 1997, que se iniciou na Tailândia, em julho de 1997, com a decisão de flutuação da sua moeda pelo governo tailandês, seguindo-se uma desvalorização e uma queda generalizada do mercado de ações que, em pouco tempo, rebateu nos mercados regionais do Sudeste Asiático, no Japão, chegando a Bolsa de São Paulo em outubro do mesmo ano. Essas crises de contágio rápido e mundial têm seu ápice com a Crise de 2008, como se verá logo abaixo.

3. Crise de 2008 e Políticas de Austeridade

A Crise de 2008 foi uma das maiores crises desde 1929, com a queima de ativos e a quebra de bancos em proporções impressionantes no Hemisfério Norte, com o posterior contágio para a economia do globo.

A Crise teve origem no setor de hipotecas nos EUA. Desse setor participavam ativamente bancos americanos e europeus na compra e venda de hipotecas como instrumentos financeiros para investidores mundiais, incluindo muitos fundos de pensões.

Blyth (2017) destaca que os instrumentos financeiros baseados em hipotecas ficaram muito atrativos nos anos 2000, pois estavam ancorados em seguros, gerando grande fluxo de clientes nacionais e internacionais. Mas, com isso, o mercado de empréstimos hipotecários apresentou saturação, fazendo com que os bancos procurassem clientes pouco confiáveis para o empréstimo hipotecário, prejudicando, de forma relevante, o setor. Eram as hipotecas “Ninja” (em que os empréstimos eram dados a pessoas sem rendimentos, sem emprego e sem ativos), ou hipotecas podres, que passaram a contaminar o sistema. Essas hipotecas podres foram parar em investidores no mundo todo, inclusive em pequenas localidades da Noruega e em bancos regionais da Alemanha.

Com o crescimento da inadimplência das hipotecas em 2007, a pressão no mercado de seguros para instrumentos financeiros ancorados em hipotecas e no mercado bancário chega às alturas e o fator do risco sistêmico compromete os mercados. A crença neoliberal dos mercados eficientes que funcionavam sem a ação do Estado estava caindo por terra e o Estado teve que entrar para salvar o sistema financeiro, pois estavam a entrar em colapso com a quebra de bancos e seguradoras em grande escala (BLYTH, 2017).

Os vários Estados-nações entraram em campo para salvar o sistema bancário. Só os EUA gastaram mais de 1 trilhão de dólares para resgatar seus bancos. Os Estados, nesse contexto, aumentaram sua dívida com o resgate dos bancos (transferência de dívida privada para dívida pública), com a perda das receitas fiscais decorrente da crise e da queda do setor privado bancário e da queda como um todo do PIB. No Reino Unido, em particular, esse colapso das receitas fiscais foi especialmente alarmante, uma vez que, aproximadamente 25% dos impostos britânicos saíam do setor financeiro, que quebrou com a crise (BLYTH, 2017).

Com a transferência da dívida privada para o setor público e com a simultânea redução da atividade econômica, que gerou uma acentuada diminuição da receita fiscal dos Estados, tem-se um aumento da dívida pública e as ideias de políticas de austeridade para combater a crise da dívida do Estado entram em cena.

Mas, o que são as políticas de Austeridade? Segundo Blyth (2017, p. 22):

Austeridade é uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits [...] Há apenas um ligeiro problema nesta interpretação dos acontecimentos: está total e completamente

errada, e o mais frequente é a política de austeridade ser exatamente o que não se deve fazer porque produz precisamente os resultados que se quer evitar.

Como se observa, as políticas de Austeridade, em vez de acabar com as crises, as intensificam, aprofundando-as com a redução do investimento público. Por isso, quando, em agosto de 2011, o governo americano indica usar essa política de Austeridade, com cortes do orçamento, foi imediata a queda da bolsa. Houve a interpretação dos mercados de que o menor investimento público geraria menor crescimento (BLYTH, 2017).

Com isso, não só os EUA, mas quase todas as nações globais, diante da crise de 2008, tenderam a praticar medidas keynesianas, com a intervenção do Estado na economia, com ajudas e subsídios para a promoção do crescimento, esquecendo as “políticas de austeridade” durante vários meses.

Só o Banco Central Europeu, o FMI e a Alemanha insistiram nas políticas de austeridade, fazendo com que as nações mais frágeis da periferia europeia adotassem essas medidas para receber ajuda no contexto da crise. Com isso,

[...] os PIIGS cortaram nos seus orçamentos e, enquanto as suas economias se contraíam, a dívida aumentava em vez de diminuir e, sem que isso surpreenda, os juros que tinham de pagar dispararam. A dívida líquida portuguesa em relação ao PIB aumentou de 62% em 2006 para 108% em 2012, enquanto os juros dos títulos de dez anos de Portugal passaram de 4,5 em maio de 2009 para 14,7 % em janeiro de 2012 (BLYTH, 2017, p. 24).

Com os juros subindo para níveis insustentáveis na Grécia, na Irlanda e em Portugal, cada um dos países recebeu um resgate da UE, do BCE e do FMI, bem como empréstimos bilaterais, na condição de aceitarem e de porem em prática um pacote de austeridade para endireitarem o seu navio orçamentário. Cortar na despesa, aumentar impostos – mas cortar mais na despesa do que o que se aumenta nos impostos – e tudo correrá bem, continua a história. Em maio de 2010, a Grécia recebeu um empréstimo de €110 bilhões em troca de um corte de 20% nas remunerações do setor público, um corte de 10% nas pensões, e aumentos de impostos. Os credores, a chamada troika do BCE, da Comissão Europeia e do FMI, previam que o crescimento voltasse em 2012. Em vez disso, o desemprego na Grécia atingiu 21% no fim de 2011 e a economia continuou a contrair (BLYTH, 2017, p. 113).

Do mesmo modo aconteceu na Irlanda e em Portugal. Com isso, nota-se que as políticas de austeridade não funcionaram no âmbito da Europa, se “funcionar” significa reduzir a dívida e promover o crescimento. O desemprego estava a explodir em vários países europeus, ao mesmo tempo em que cortes salariais e aumento de impostos eram estabelecidos.

Giddens (2014, p. 3) reafirma a visão de Blyth, sobre a crise europeia e as políticas de austeridade, discorrendo sobre os seus efeitos:

O desemprego atingiu novos máximos e é especialmente grave entre os jovens. Países que antes da crise financeira tinham as contas equilibradas atingiram agora níveis de dívida astronômicos. Entre os mais perdulários, alguns encontram-se num estado economicamente deplorável e sem meios para desvalorizarem a sua moeda, pelo que se viram forçados a aceitar duros programas de resgate.

Com efeitos negativos para as populações, como o desemprego e a precarização, a União Europeia passa a se tornar impopular em vários países atingidos com mais intensidade pelas medidas de austeridade, como a Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda, Hungria e Romênia. De acordo com sondagens de opinião do portal da União Europeia Eurobarómetro, “[...] em Espanha, por exemplo, em 2007, 65% dos inquiridos manifestaram a sua confiança na UE, contra 23% que o não fizeram. Mas agora esses números sofreram uma alteração radical: 20% ainda confiam na UE, contra 72% que são de opinião contrária” (GIDDENS, 2014, p. 3-4). Resultados semelhantes ocorreram na Grécia, Portugal, Irlanda, Hungria e Romênia e em muitos países foram realizadas marchas de protesto e manifestações anti-UE.

Vale lembrar de Giddens (2014, p. 63), quando deixa bem claro que, “Dizer que as medidas de austeridade na Europa falharam passou a ser uma nova verdade inquestionável”.

3.1 Precarização

A intensidade da aplicação das políticas de austeridade nos anos pós-2008 fez intensificar ainda a presença do precariado e da precarização no seio da União Europeia. Precariado esse que vem crescendo desde os anos 1970-80, com a difusão das políticas neoliberais, que aumentavam a flexibilidade do mercado de trabalho, transferindo os riscos e a insegurança do Estado e dos patrões para os trabalhadores e suas famílias em nome da “competitividade” para enfrentar os competidores globais, como relatava Standing (2014, p. 22):

A menos que os mercados de trabalho se flexibilizassem, os custos trabalhistas aumentariam e as corporações transfeririam a produção e o investimento para locais onde os custos fossem mais baixos; o capital financeiro seria investido nesses países, em vez de ser investido “em casa”.

Segundo Standing (2014), a flexibilidade tem muitas dimensões: flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterar os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente

funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou a custos mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores.

Sobre o conceito de precariado, Standing (2014) observa que o mesmo tem características de classe. Geralmente consiste em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e com o Estado, não têm as relações de contrato social tradicionais do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são oferecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, acordo que serve de base para os Estados de Bem-Estar Social.

O precariado tem como aspecto central o status de *mão de obra temporária*. Outra característica inerente ao precariado é a sua condição de pobreza. No Japão, existe uma classe de precariados, que tem altos níveis educacionais e empregos com rendimento baixo (STANDING, 2014).

Outras características do precariado são: a ausência de proteção contra a perda de vínculo, ausência de direitos trabalhistas (como planos de carreira e participação nos lucros, dentre outros), renda precária, sem acesso a benefícios da empresa e do Estado, emprego de meio período (STANDING, 2014).

Nesse contexto europeu de crise, ganha destaque, também, a vinda das grandes multinacionais americanas de informática do Vale do Silício, que operam na forma de empresa plataforma, visando recrutar os precariados para trabalhar a baixo custo para os consumidores precarizados. São empresas como Uber e a Airbnb que se concentram nos setores de transporte e hospedagem e criam novas formas de emprego mais arriscadas e precárias (SLEE, 2017).

No ramo de transporte, a Uber é um referencial no uso de trabalhador precarizado, que se transforma em “empresário”, vendendo seu serviço através do aplicativo da Uber, sem a empresa se responsabilize por nenhuma garantia de trabalho, taxa, alvará, seguro do carro, manutenção etc., nem de condições de segurança para o motorista e o consumidor do serviço, sendo apenas um aplicativo que intermedia as relações entre motoristas e passageiros. A classificação da Uber como contratante independente livra a companhia de ter de pagar por direitos trabalhistas e de ter de respeitar os padrões de emprego. O risco é inteiramente empurrado para o subcontratado. Slee (2017, p. 115) relata a política agressiva da Uber, que explora e precariza cada vez mais os seus motoristas-empresários:

Quando a Uber chega a uma nova cidade, fornece subsídios e ofertas especiais a motoristas e clientes para que o serviço se espalhe rapidamente. Quando se

assenta, a Uber pega uma fatia maior de cada dólar ganho pelos motoristas e geralmente corta tarifas. Com o tempo, a Uber passa a tomar uma fatia maior e maior de cada corrida. Em abril de 2014, inseriu uma taxa de segurança de US\$ 1 por viagem nos Estados Unidos, aumentando a porção da empresa para em torno de 30% das corridas curtas. Em julho, começou a cobrar US\$ 10 por semana pelo uso de um smartphone. Em setembro, a Uber aumentou sua própria comissão para 25% para os novos motoristas em San Francisco, e em maio de 2015 experimentou tomar 30%: mais do que os donos de alvarás de táxi.

Standing (2014, p. 32-33) observa, com base nas características do precariado anteriormente expostas, que existe uma grande variedade do precariado, estando esse segmento longe de ser homogêneo.

O adolescente que entra e sai o tempo inteiro de um cibercafé enquanto sobrevive de empregos transitórios não é o mesmo que o migrante que usa a inteligência para sobreviver, estabelecendo febrilmente uma rede de contatos enquanto se preocupa com a polícia. Tampouco é semelhante à mãe solteira que se preocupa de onde virá o dinheiro para os alimentos da próxima semana, ou ao homem de 60 anos que aceita empregos eventuais para ajudar a pagar as despesas médicas. Mas, todos eles, compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro).

Diante dessa situação de abandono que se encontra o precariado em relação ao Estado e à sociedade, a geração de tensões e a atração por políticos populistas com mensagens neofascistas é uma realidade. Por isso, Standing (2014) se remete a essa classe como a classe perigosa. Atualmente, muitos já são atraídos por essas mensagens nos Estados Unidos e na Europa.

Bauman (2007) vai na mesma linha que Standing, reafirmando os efeitos colaterais das políticas neoliberais, como o nacionalismo, o fanatismo religioso, o fascismo e o terrorismo.

4. Paisagem europeia em tempos de Austeridade

Como este trabalho visa analisar, através de fotografias selecionadas em áreas urbanas europeias distintas, os efeitos das políticas de Austeridade nos últimos anos na União Europeia, achou-se por bem utilizar o conceito de paisagem para embasar teoricamente a análise. Assim, estabelecendo um nexos conceitual para tratar geograficamente da questão.

4.1 Paisagem

Segundo a interpretação de Santos (1988, p. 21), “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”.

Nesse contexto, podemos acrescentar que a análise da paisagem também depende da localização em que se está, se na rua, em um mirante, em um avião etc. Com isso, se tem uma visão mais ou menos privilegiada dela, podendo destacá-la ou encobri-la (SANTOS, 1988).

Souza (2013) observa que a paisagem pode ser invisibilizada pela ação dos poderes públicos ou da mídia, os quais a mostram, muitas vezes, de forma seletiva ou “retocada”, mediante filmes, fotografias, programas de TV etc. Ela também pode ser modificada ou reformatada no seu substrato espacial material pela intervenção dos poderes públicos.

4.1.1 Paisagem e Austeridade na Europa

Com base no exposto sobre a paisagem, vamos, nesta parte do trabalho, tentar mostrar, através da análise de fotografias, como as políticas de austeridade e precarização incidem na sua materialidade em alguns países da União Europeia. Cabe lembrar que esses países europeus são distintos, resultado das histórias diferentes e economias diversas. Os países aqui focalizados são:

– Alemanha, considerada a locomotiva europeia, com alto grau de industrialização e exportação de produtos de alta qualidade, além de ser considerada a nação que garante a estabilidade da moeda europeia e tem grande influência política nos destinos da União Europeia. Giddens (2014) chega a chamar a chanceler alemã Angela Merkel de figura mais importante da Europa, considerando-a como sendo, de fato, a governadora da Europa, ao lado do governo francês e dos líderes do Banco Central Europeu. Apesar da pujança econômica, a Alemanha também foi atingida pela Crise de 2008 e teve o crescimento do PIB comprometido nos principais anos dela, principalmente em 2009, quando houve uma redução de 5,6%. Já em 2016 teve um crescimento do PIB de 1,9%, ainda inferior à média mundial de 2,4% neste mesmo ano. Sustenta um PIB de mais de 3 bilhões de dólares, o quarto maior do mundo (ver Quadro 2). Ostenta o 6º lugar no ranking do IDH mundial. Tinha um índice de desemprego de 3,9% em fins de 2016, sendo considerado um dos níveis mais baixos do mundo. Vale lembrar que a

Alemanha tem modalidades flexíveis de contratação em meio período que mascaram os dados estatísticos.

– Dinamarca, exemplo de país nórdico com um dos mais altos graus de IDH do mundo, ficando em 4º lugar. A Dinamarca foi atingida moderadamente pela Crise econômica, chegando a ter pico de desemprego, em 2012, de quase 8%, terminando 2016 com um índice de desemprego de 6,1%. Já o crescimento do PIB chegou a cair para - 4,9% no pico da crise em 2009. Em fins de 2016, o PIB crescia a taxa de 1,3% no mesmo ano, remetendo-a para a 34ª maior economia do Globo, com 306 bilhões de dólares de PIB (ver Quadro 2).

– Portugal, um país mediterrâneo com um passado de grande expressão pelas conquistas na América, África e Oriente, mas que atualmente tem pouca expressividade econômica, com um PIB de 204 bilhões de dólares, ocupa a modesta 46ª posição entre as maiores economias do planeta. Tem apresentado um crescimento modesto, que em 2016 foi de 1,3%, por conta das medidas de Austeridade (que fizeram o PIB português minguar em poucos anos, com pico em 2012, quando foi reduzido em 4%), que também se refletiram no alto índice de desemprego, chegando ao pico de mais de 17% em 2012, diminuindo para 10,2% em fins de 2016. Esse país foi classificado pela imprensa inglesa, junto com a Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, como fazendo parte dos PIIGS, acrônimo pejorativo, que visava classificar os países do Sul da Europa particularmente vulneráveis durante a Crise econômica de 2008-2009, em razão do alto ou crescente endividamento e do alto déficit público em relação ao PIB (ver Quadro 2).

– Espanha, país mediterrâneo também com um passado de grande expressão pelas conquistas coloniais, também participante dos PIIGS, tem uma economia mais robusta que Portugal (com o 13º maior PIB do mundo), mas, foi atingido com muita intensidade pela Crise financeira de 2008-2009 (também com a explosão de uma bolha imobiliária) que fizeram o seu PIB diminuir em -3,6% no auge da crise. Com as medidas de Austeridade da União Europeia implantadas após o auge da crise, o desemprego explode nos últimos anos, chegando ao pico de 26% em 2012, finalizando 2016 com 18,% de desempregados (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Dados Socioeconômicos das Nações Analisadas (2016)

Países	Crescimento PIB (%)	Ranking PIB	PIB - em milhões US	IDH (ranking)	Desemprego (%)
Alemanha	1,9	4°	3.477.796	6°	3,9
Dinamarca	1,3	34°	306.900	4°	6,1
Portugal	1,3	46°	204.837	43°	10,2
Espanha	3,2	13°	1.237.255	26°	18,5

Fonte: World Bank (2018), Eurostat (2018), PNUD (2018).

4.1.2 Austeridade, Precarização e Moradores de Rua

Como fruto das políticas de Austeridade, verifica-se o aumento das desigualdades, resultante da precarização não só das condições de vida das pessoas, dos trabalhos, mas, também das moradias. Com base no último relatório da FEANTSA (2018), Federação Europeia de Organizações Nacionais que trabalham com os sem-teto, publicado em 2018, nota-se o crescimento generalizado do número dos sem-teto no espaço europeu, com exceção da Finlândia, que diminuiu através de políticas públicas de habitação, o número dos sem-teto em 18% entre 2009 e 2016.

Segundo dados desse relatório, a Inglaterra teve um crescimento, entre 2010 e 2017, de 169% no número de sem-teto. A Alemanha, com a redução das políticas de habitação social e com a chegada de grande afluxo de refugiados nos últimos anos, tem destaque especial com o crescimento dos sem-teto, chegando ao impressionante número de 860 mil pessoas em 2016. Um aumento de 150% entre 2014 e 2016.

Cerca de metade das famílias de baixa renda na Alemanha gastam mais de 40% de seus ganhos em habitação, ficando atrás somente da Bulgária e da Grécia. Essa situação tende a intensificar o crescimento dos sem-teto no país.

A Espanha também teve um aumento significativo no número de sem-teto catalogados nos serviços de emergência entre 2014 e 2016, chegando a 20,5% o aumento deles, segundo o relatório da FEANTSA (2018).

Um dos fatores que pressionam também o crescimento do número dos sem-teto é o custo das habitações em determinados países, custo esse que não para de crescer nos últimos anos. Sobre isso, pode-se destacar, em especial, o crescimento do custo de habitação, entre 2010 e 2016, nos seguintes países: Bulgária (59%), Reino Unido (30%), Polônia (28%) e Portugal (22%) (FEANTSA, 2018).

Como a paisagem resulta dos processos sociais que lhe dão forma, com base nesse contexto, verifica-se que esses fatores incidem sobre ela e evidenciam mudanças na sua materialidade nas áreas urbanas europeias, como se pode analisar nas fotos a seguir (Imagens 1 e 2).

Na Imagem 1, observa-se uma infraestrutura voltada para os sem-teto em uma praça da cidade de Lisboa. Trata-se de um guarda-volumes que foi instalado pela prefeitura dessa cidade com o objetivo de permitir aos sem-teto que pernoitam na região da praça dispor de um lugar para guardar os seus pertences. A imagem em questão é símbolo dos novos tempos de austeridade e de políticas neoliberais, onde o poder público se esquiva de prover habitação social para os mais necessitados, trabalhando agora com um paliativo para os pertences desse grupo extremamente vulnerável.

Imagem 1: Guarda-volumes para sem-teto em Lisboa, Portugal



Fonte: Gleydson Pinheiro Albano. Lisboa, 2015.

Na Imagem 2, observa-se a ocupação de um viaduto na área central de Hamburgo, na Alemanha, através dos pertences de moradores de rua. É visível na paisagem a bandeira da Dinamarca ao lado direito, inúmeros colchões, pertences dos sem-teto e uma bandeira vermelha com a figura de Che Guevara (um dos responsáveis pela Revolução Cubana que levou Cuba a uma sociedade socialista), ao centro, retratando o caráter multinacional dos sem-teto dentro da União Europeia.

Imagem 2: Moradia dos sem-teto embaixo de um viaduto em Hamburgo, Alemanha

Fonte: Gleydson Pinheiro Albano. Alemanha, Hamburgo, 2017.

Na Imagem 3, é perceptível o detalhe da paisagem urbana planejada da área central de Barcelona, com suas ruas largas e arborizadas, com quarteirões octogonais, em parte, inspiradas no plano geométrico de Ildefons Cerdá, traçado no século XIX, que pensava em uma cidade moderna de direitos civis, homogênea, sem hierarquias (MUXI, 2010). Nota-se também, na paisagem, a presença de um catador de lixo mergulhando em uma lixeira em busca de algo de valor para pôr em seu carro de supermercado que já está parcialmente preenchido com outras sobras, em uma visão que distorce o ideal original pensado pelo urbanista Cerdá, no século XIX, de uma cidade mais homogênea e sem hierarquias.

Imagem 3: Catador de lixo mergulhando em uma lixeira em Barcelona, Espanha

Fonte: Gleydson Pinheiro Albano, Barcelona, Espanha, 2017.

Essa situação de catadores de lixo vasculhando lixeiras não é exclusiva de Barcelona no contexto europeu pós-crise de 2008. Inúmeras cidades na Espanha e por outras partes da Europa têm colocado travas e cadeados nas suas lixeiras para evitar a visão de pessoas vasculhando o lixo, o que não deve trazer boas impressões para a avalanche de turistas que viajam para essas cidades em busca de paisagens agradáveis para fotografar e guardar de lembrança. Em 2012, o jornal *Estado de S. Paulo* (2012) já anunciava esse problema, em matéria intitulada: “Na Espanha, cadeados nas latas de lixo”. A matéria apresenta o motivo de a prefeitura colocar cadeados na lata de lixo. O motivo oficial era uma medida de saúde pública, já que cada vez mais pessoas na capital espanhola estavam a vasculhar o lixo em busca de restos para se alimentar.

Numa noite recente, uma jovem vasculhava uma pilha de caixas do lado de fora de um mercado de frutas e legumes no bairro operário de Vallecas. À primeira vista, parecia uma empregada do mercado. Mas não. Ela procurava restos de frutas e legumes jogados no lixo para sua refeição. Separou algumas batatas que achou boas para comer e colocou-as no carrinho parado ao lado. “Quando você não tem dinheiro, é isso que há”, disse ela. A jovem de 33 anos disse que trabalhava numa agência dos Correios, mas que o prazo de

recebimento do salário-desemprego esgotou e ela agora vivia com 400 por mês. Estava morando num imóvel ocupado com alguns amigos, onde ainda havia água e eletricidade, enquanto recolhia “um pouco de tudo” do lixo depois de as lojas fecharem e as ruas ficarem desertas. Essa tática de sobrevivência é cada vez mais comum em Madri, que tem uma taxa de desemprego de mais de 50% entre os jovens e cada vez mais famílias com adultos desempregados. Esse ato de vasculhar as latas de lixo se tornou tão difundido que uma cidade espanhola decidiu instalar cadeados nas latas de lixo dos supermercados, como medida de saúde pública (O ESTADO DE S. PAULO, 27 set. 2012).

Conforme se pode visualizar na Imagem 4, o problema das lixeiras com cadeado não atingiu somente a Espanha, estando também presente na capital da Dinamarca, Copenhague, país que, de acordo com relatório da Feantsa (2018), teve crescimento de 8% no número dos sem-teto entre 2015 e 2017. Nota-se na referida foto que, atualmente, fazem parte da paisagem da capital dinamarquesa, além das bicicletas, as lixeiras com cadeados, provavelmente como uma medida para tentar barrar os catadores de lixo, os sem-teto e, ainda, as pessoas envolvidas na busca de alimentos nas lixeiras e que participam de um movimento conhecido como “*dumpster diving*”, ou mergulhadores de lixeira, que une, dentre outros atores sociais, advogados e estudantes preocupados em reduzir o custo de vida e lutam contra o desperdício para viver de forma sustentável (UNIAVISEN, 2014)

Imagem 4: Lixeira com cadeado em Parque Público em Copenhague, Dinamarca



Fonte: Gleydson Pinheiro Albano. Dinamarca, Copenhague, 2017.

Na Imagem 5, percebe-se, de forma clara, a emergência de atividades informais de venda de produtos de consumo, como bolsas e calçados, nos principais pontos turísticos da capital catalã (no caso da foto em questão, a venda de produtos informais está praticamente de frente a uma das grandes atrações turísticas de Barcelona, uma das obras arquitetônicas de Antoni Gaudí, o mais famoso arquiteto catalão, chamada de “A Pedreira”). Essa venda de produtos de consumo informais é feita geralmente por imigrantes (e espanhóis em situação de precarização), em cima de panos com suporte de cordas, para a rápida retirada, caso chegue a polícia para apreender a mercadoria. Tem-se, com isso, uma mostra na paisagem da ação da classe precariada majoritariamente de imigrantes, que na falta dos empregos formais, apela para serviços informais de venda de produtos pelas ruas da cidade.

Imagem 5: Comércio informal por imigrantes em frente à atração turística “A Pedreira”, de Gaudí



Fonte: Gleydson Pinheiro Albano, Barcelona, Espanha, 2017.

De acordo com o Departamento de Estatística da Municipalidade de Barcelona (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2016), em 2016, existia uma população estrangeira da ordem de 267.790 residentes em Barcelona, representando 16,6% do total da população. Dentre

as nacionalidades com mais representantes, destacam-se nações como a Itália, com 26.993, o Paquistão, com 19.192, a China, com 18.448, a França, com 13.671, e o Marrocos, com 12.552. Também se nota uma quantidade significativa de imigrantes de inúmeros países da África Ocidental, como Senegal, Nigéria, Gana e Guiné, América do Sul e de diversas regiões da Ásia. De acordo com publicação do Conselho Econômico e Social de Barcelona sobre o mercado de trabalho para os imigrantes em Barcelona (CONSELL ECONÒMIC I SOCIAL DE BARCELONA, 2009), fica evidente a característica da informalidade de parte significativa do trabalho dos imigrantes. Mais de 85% dos contratos de trabalho dos imigrantes são temporais.

Em uma sociedade europeia que nos últimos anos ampliou a precarização da sua população, através da adoção de medidas neoliberais e das políticas de austeridade, destaca-se também o crescimento dos serviços e produtos de baixo custo, *low cost*, os quais estão voltados para essa população precarizada, com baixo poder de consumo.

Esse contexto é analisado por muitos autores, como Gaggi e Narduzzi (2011), que observam o fim da classe média e o surgimento de uma massa de consumidores proletarizados *low cost*. Essa nova classe da massa se caracteriza pelos consumos *low cost*, com compras nomádicas facilmente reproduzíveis e reconhecíveis em todo o mundo, com marcas de massa como a Ikea, Ryanair, Wal-Mart, Virgin, Zara, Prêt à Manger, H &M, que interpretam a nova identidade comportamental do fim da classe média. Uma carteira de marcas e empresas planetárias que de ano para ano não cessa de se ampliar, mas que há apenas vinte anos estava vazia.

Os consumos *low cost* estão presentes na paisagem urbana de Lisboa, em Portugal, como pode-se observar na Imagem 6, onde se destaca uma loja de cuidados veterinários chamada “Low Cost Veterinários”. Inúmeras lojas de vários ramos trazem no seu letreiro alguma chamada para o termo *low cost*, sinônimo de baixo custo e baixo preço, para atrair os consumidores precarizados.

Imagem 6: Loja *Low Cost* de cuidados para animais domésticos em Lisboa



Fonte: Gleydson Pinheiro Albano. Lisboa, Portugal. 2017.

5. Considerações finais

Nos últimos anos, tem-se notado um avanço da precarização no seio da União Europeia. Precarização essa que é resultado de políticas de austeridade em um ambiente de neoliberalismo. Com a crise de 2008, a precarização se difunde na paisagem europeia, através de situações que lembram os países subdesenvolvidos. Índices altos de desemprego, exclusão, aumento dos moradores de rua, difusão da economia informal, do comércio de baixo custo, *low cost*.

Com base nos aportes teórico-conceituais, nos dados estatísticos e na interpretação das fotografias, nota-se que a paisagem europeia mostra uma dinâmica de contradições, de

desigualdades e de exclusão cada vez mais crescente, que evidencia a falência das ideias neoliberais e os efeitos nefastos das políticas de austeridade que foram implantadas nos últimos anos pelos países da União Europeia.

Tem-se, com isso, um ambiente de precarização em constante evolução, que não só ameaça as paisagens-espetáculos voltadas para os turistas mundiais que visitam o velho continente, mas, sobretudo, o projeto de integração europeu, com a oposição crescente da opinião pública precarizada, que se alimenta da onda anti-União Europeia, puxada pelas ideias neofascistas em ebulição e que são apropriadas pelos precarizados criados, em grande medida, pelas políticas de austeridade da União Europeia e do Banco Central Europeu.

6. Referências

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Informes Estadístics**: la població estrangera a Barcelona. Gener 2016. Barcelona: Departament d'Estadística, 2016. Disponível em: <<http://www.bcn.cat/estadistica/catala/dades/inf/pobest/pobest16/pobest16.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

CONSELL ECONOMIC I SOCIAL DE BARCELONA. **Imigració I Mercat de Treball a La Ciutat de Barcelona**. 2009. Disponível em: <http://www.bcn.cat/novaciudadania/pdf/es/estudis/lmmitreballCESB_es.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GAGGI, Massimo; NARDUZZI, Edoardo. **Low cost**: o fim da classe média. Alfragide-Portugal: Teorema, 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Na Espanha, cadeados nas latas de lixo**. 27 set. 2012.

FEANTSA. Third overview of housing exclusion in Europe – 2018. Disponível em: <<http://www.feantsa.org/en/report/2018/03/21/the-second-overview-of-housing-exclusion-in-europe-2017>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

GIDDENS, Anthony. **Este turbulento e poderoso continente**: que futuro para a Europa? Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUXI, Zaida. Episódios da transformação urbana em Barcelona. **Arqtexto**, Porto Alegre, n. 17, p. 104-123, 2010. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_17/05_ZM_TRANSFOR_MAC%C2%B80~ES%20BARCELONA.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Toussairt, Eric et al. **Os números da dívida 2015**. CADTM (COMITÉ PARA A ABOLIÇÃO DAS DIVIDAS ILEGITIMAS), 2015. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/Os-Numeros-da-Divida,11274>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

OECD, **Understanding the socio-economic divide in Europe**. Centre for Opportunity and Equality. 2017. Disponível em: <<https://www.oecd.org/els/soc/cope-divide-europe-2017-background-report.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking IDH Global 2014. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TERRA. 2018. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/europa-enfrenta-aumento-de-moradores-de-rua,749d0cca2e33693858c43b19eedc6533m648b666.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

UNIAVISEN. **Night patrol**: Dumpster diving for food in Copenhagen. 19-09-2014. Disponível em: <<https://uniavisen.dk/en/night-patrol-dumpster-diving-for-food-in-copenhagen/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

WACQUANT, loic. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 80, p. 9-19, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a02n80.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

WORLD BANK. Data Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.